

As elites económicas alentejanas, 1850-1870: anatomia social e empresarial**

Os estudos recentemente divulgados sobre o empresariado do século XIX revelam personalidades de origem diversa, cujas carreiras assentaram em «estratégias de sucesso» em vários domínios da actividade económica e financeira, com ligações mais ou menos fortes com o mundo da política, incluindo aqui as notabilidades locais. Estes resultados, ainda que não tenham merecido um esforço de síntese comparativa, questionam o fundamento de alguns «estereótipos» lançados sobre a «burguesia» nacional e enfatizam a necessidade de rever, entre outros aspectos, a natureza e explicação para a sua conduta social e económica. Isto ocorre ao mesmo tempo que, num âmbito mais geral, são lançadas oportunas suspeições sobre a validade analítica de alguns tipos e condutas «ideais» que tiveram um grande uso sociológico e historiográfico¹.

Apoiado na reconstituição biográfica das personagens que, pela dimensão da sua riqueza e dos interesses económicos, mais se destacaram na cidade de Évora, a principal praça económica e a *capital* política simbólica da *provincia do Alentejo*, é meu propósito, neste artigo, iluminar alguns dos traços do perfil e condutas sociológica e empresarial de um grupo regional da elite económica portuguesa nas primeiras décadas da *pax* liberal (1850-1870). A composição, origem e trajectórias sociais, estilo de vida e redes sociais horizontais, os laços de família, a educação e preparação das carreiras empresariais, a acção pública

* Departamento de História e Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Évora.

** Este artigo faz parte de um projecto de investigação sobre «As elites em contextos regionais: família, património e redes de interesse no Portugal contemporâneo» apoiado pela JNICT.

¹ Cf., por exemplo, Helder Adegar Fonseca e Jaime Reis (1987); Helder Adegar Fonseca (1984, 1992 e 1996); Jorge Pedreira (1984 e 1992); Maria de Fátima Sequeira Dias (1993). Sobre a discussão em torno dos tipos ideais, v., por exemplo, Alberto Mario Banti (1988, 3-8 e 318-336); Anaclet Pons e Justo Serna (1992, 20-21 e 369-370); Youssef Cassis (1994, XIII-XIX).

no domínio da política local, a orientação geral dos negócios privados e a conduta empresarial são os tópicos do guião, um rasteio onde os percursos individuais e familiares não podem deixar de se cruzar².

A anatomia social do grupo sugere que no Alentejo, com a experiência liberal, ocorreu uma recomposição da elite económica. Ela fez-se com base num recrutamento que atravessou os mundos aristocrático, agrário e dos negócios, mas esta pluralidade nas origens não impediu a convergência para um grupo com forte identidade e coesão social, que passou pela adopção de um estilo de vida similar, pelo estreitar dos laços de parentesco e pela partilha do protagonismo na acção política. Na dimensão empresarial, a ênfase dada à estratégia de investimentos mais comum na colocação e reprodução dos recursos familiares, às formas de organização das empresas e à orientação conferida às explorações agrícolas, revelando uma conduta mais moderna do que aquela que tem sido admitida, enfraquece a eficácia explicativa do paradigma da conduta rotineira e crónica falta de iniciativa e dinamismo da «burguesia agrária» alentejana.

I. COMPOSIÇÃO, ORIGEM E TRAJECTÓRIAS SOCIAIS

Os membros da elite económica eborense no 3.º quartel do século XIX tinham, desde logo, em comum o facto de serem homens ricos. Dispondo de um capital material acumulado, por herança e/ou mérito pessoal, que os diferenciava claramente da larga maioria da população, quer a comparação se faça a uma escala regional ou nacional³, a distinção concretizava-se no reconhecimento público como «maiores contribuintes do concelho», uma elite censitária⁴.

² O universo cuja biografia colectiva constitui a base desta narrativa é constituído pelas 88 personagens que, durante o 3.º quartel do século XIX, no concelho de Évora, integraram a lista dos «quarenta maiores contribuintes» directos (1852-1867), tornaram-se proprietários de 75% e rendeiros de 42% da área total ocupada pelas herdades localizadas no município e representavam 53% dos sócios natos e efectivos da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora (1855). O apuramento dos mais tributados teve em conta as contribuições predial, industrial, juros, foros, etc., e a base de escalonamento foi a colecta sobre os rendimentos e bens possuídos e administrados pelo casal no concelho de residência [cf. Helder Adegar Fonseca (1996, 185-201 e 453-469)]. Sobre os principais atributos de posição social e a dimensão social no estudo das *business elites*, v. Adeline Daumard (1992, 71-72) e David J. Jeremy (1994, XIII-XIX).

³ No grupo a fortuna média rondava os 44 000\$000 réis (1841-1870), quase o dobro da fortuna média que os membros ou os seus ascendentes directos possuíam entre 1800 e 1840 (23 800\$000 réis) (cf. Helder Adegar Fonseca, 1996, 231). Estes níveis de riqueza colocam-nos no topo das hierarquias que têm sido apuradas para o Alentejo e outros contextos regionais do país [cf. Helder Adegar Fonseca (1984); Rui Cascão (1989); Maria de Fátima Sequeira Dias (1993); Maria Manuela Rocha (1994)].

⁴ Sobre os critérios fiscais de apuramento dos «maiores contribuintes», v. Helder Adegar Fonseca (1992, 321-322, e 1996, 192-194). Chaussinand-Nogaret (1991, 288-290), utiliza a taxonomia de *aristocratie censitaire* para caracterizar estes grupos na França da Restauração.

Tanto na documentação de natureza administrativa, fiscal, judicial, notarial, como em registos de instituições privadas e notícias na imprensa local, as referências nominativas aos membros do grupo eram sempre acompanhadas de qualificações de natureza sócio-profissional. E, como Adeline Daumard já destacou, «a profissão — ou, eventualmente, uma qualidade como a de proprietário ou capitalista — dava uma primeira ideia, muito aproximada, das funções, dos recursos e do estilo de vida e era um símbolo da posição social na medida em que a ela se ligavam noções de cultura, de utilidade para a colectividade, de prestígio»⁵.

Esta taxonomia permite uma aproximação à composição social do grupo em análise. Na generalidade, a estas personagens foi reconhecida a condição de «proprietário», uma classificação mais de qualidade e prestígio do que funcional⁶. Os atributos profissionais, destacando as actividades principais, permitem um avanço:

- 43% eram «lavrador(es)» no activo;
- 18% tinham comércio estabelecido: um mundo fluido onde entraram um boticário, um comerciante, dois lojistas, um mercador, oito negociantes, um «negociante e industrial» e três lojistas/negociantes, mas mais de metade das personagens deste subgrupo foram também indentificadas como lavradores;
- 8% eram conhecidos essencialmente pelo valor acrescido conferido pelo título universitário que lhes permitia o exercício de actividades liberais (medicina, advocacia), embora para alguns deles não tenha sido ignorada a sua condição de lavradores;
- 3% eram membros bem colocados na hierarquia eclesiástica da cidade, sede de arcebispado;
- 1% exercia funções públicas remuneradas, como professores de liceu ou responsáveis de organismos da administração pública.

Na restante terça parte do grupo, a qualidade de proprietário estava vinculada a duas situações sociais que convém discernir. A primeira correspondia à ligação ao mundo aristocrático tradicional: cerca de 20% das personagens eram reconhecidas pela sua condição de morgados ou distinguidas com formas de tratamento indiciadoras de uma elevada consideração social, pelos títulos de nobreza exibidos e pelo uso de apelidos familiares herdados das «pessoas fidalgas, da principal ou primeira nobreza da cidade», que entre 1788 e 1830 exerceram a vereação municipal. A segunda (7%) integra gente

⁵ Cf. Adeline Daumard (1992, 73); Helder Adegar Fonseca (1992, 766-767, e 1996, 457-458).

⁶ Cf. Adeline Daumard (1970, 52); Maria Ana Rodrigues Bernardo (1992, 124).

abonada, recentemente afastada das actividades em que fizera carreira (lavoura, negócio, comércio e indústria)⁷.

Estas referências remetem, obviamente, para a questão das origens e trajectórias sociais dos membros do grupo. O tópico tem um duplo interesse: por um lado, permite estabelecer relações entre as mudanças globais da sociedade, a (re)composição e o recrutamento dos grupos de elite num determinado contexto; por outro lado, é fundamental para clarificar a natureza das heranças material e cultural que vão condicionar as condutas privada e pública.

A elite económica eborense da era da pacificação liberal foi recrutada na antiga aristocracia, nos meios dos grandes proprietários e lavradores locais e entre famílias ligadas aos «meios do negócio» cujo enraizamento local era, em geral, recente. Deste ponto de vista, era uma elite pluralista.

Originários dos meios aristocráticos eram, por exemplo, os morgados Cardoso, Salema, Torres Vaz Freire e Coelho Villas Boas. Também aos «ilustríssimo(s)» Casco e Solys, Melo, Calça e Pina e Limpo Esquível se reconhecia «igual condição e nobreza» ou «nobreza de sangue». Entre os mais emblemáticos estavam certamente os Cordovil de Brito Mouzinho Valadares de Souto Maior, morgados de Brito, e os Pimentel Pavia Barreto Fuzeiro de Reboredo, morgados de Almeida, Vila Nova do Zambujal e Senhor de S. Manços, ambos fidalgos da casa real com pergaminhos seculares⁸.

Nos mesmos meios entroncavam também os Carvalho e Mira, descendentes de desembargadores e fidalgos da região, que o liberalismo titulou (viscondes da Esperança), e os sucessores do Dr. António Feliciano Varela Ramalho (1783-1848), «Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo», desembargador e provedor régio da Comarca de Évora (1827), irmão de um deputado liberal e cunhado tanto de um «fidalgo cavaleiro da casa real», residente em Lisboa, como de um lavrador e sargento-mor alentejano (Cunha Vieira), ele também filho de um grande proprietário e lavrador eborense. Pertencia também a este grupo o visconde de Guedes (Francisco Guedes Carvalho e Menezes): exterior aos meios locais, fora nomeado governador civil do Distrito de Évora (década de 1850) e nesta cidade contraiu matrimónio com a viúva de João Teodoro Pinto da Maia, personagem que, em vida, foi o mais importante contribuinte do concelho (década de 1840)⁹.

Contudo, a maior parte dos grandes contribuintes tinham a sua origem vinculada a famílias com interesses centrados no mundo agrário — casas de grandes proprietários e rendeiros de terra e detentores de grandes lavou-

⁷ Cf. Helder Adegar Fonseca (1988, 94, 1996, 193-194 e 457-460).

⁸ Cf. *Jornal de Évora*, 1863, n.º 1, ADE, NJ, IOCE, maço 70, processo n.º 1301; v. também Túlio Espanca (1966, 142 e 255); Gabriel Pereira (1934, 165-166).

⁹ Cf. Helder Adegar Fonseca (1992, 337, 368 e 781).

ras —, cujo enraizamento local e regional era já secular: os Cunha Vieira, Pinto da Maia, Moura (Amaral), Rosado de Carvalho, Fernandes, Galego, Ramalho e Perdigão são alguns dos melhores exemplos. Era gente com um passado de peso na vida local que incluiu o exercício de capitánias e sargentarias-mores nas Ordenanças e de lugares de procurador no poder municipal do antigo regime. Em meados do século, os herdeiros destas casas — alguns dos quais depois de na juventude terem passado pela Universidade de Coimbra, onde se formaram, ou terem assumido posições de oficialato no exército liberal (período da guerra civil) — integraram o grupo mais tributado em Évora com base na mesma condição dos progenitores: a de serem grandes proprietários e lavradores¹⁰.

No entanto, cerca da quinta parte (22%) dos mais importantes proprietários e lavradores eborenses do 3.º quartel de Oitocentos não tinham no seu passado familiar e pessoal uma tradição agrária tão arraigada. Os seus ascendentes directos e/ou eles próprios fizeram uma trajectória que, de homens de comércio e de negócio, os transformou em grandes terratenentes e agricultores. Na verdade, os dados disponíveis mostram que os comerciantes e negociantes eborenses da primeira metade do século XIX tinham uma ligação ao mundo agrário que não era exclusivamente mercantil, mas envolvia também aplicações produtivas. A acumulação de experiência na lavoura, as oportunidades de investimento no sector agrário, a convergência de interesses entre os mundos do «negócio» e da «lavoura», incluindo as alianças matrimoniais, e um contexto mais amplo de mudanças à escala nacional explicam seguramente aqueles percursos.

A trajectória da casa Fiuza é um exemplo. No princípio do século XIX, Bernardino José Fiuza (1752-1819) era um «homem de negócio» ligado ao comércio de produtos agrícolas e aos couros, que frequentava a feira do Rossio de São Braz, onde tinha uma «barraca», arrematava rendas eclesiásticas da Igreja Metropolitana de Évora, arrendava bens vinculados, como os da capela do cônego Damião Dias na vila de Alvito, e fornecia «provimientos de boca para o exército na Comarca de Setúbal». Por esta altura instalou uma lavoura numa herdade recém-adquirida (1810). Em 1822 o inventário por morte deste negociante mostra uma casa cujos interesses, avaliados em mais de 22 contos de réis, estavam basicamente representados pelo imobiliário urbano (20%) e rural (36%) e por capitais e bens agrícolas (23%) e comerciais (9%). A geração seguinte, representada pelo filho Joaquim António (1794-1851), casado com uma das filhas do grande lavrador Domingos Caeiro Gião, consolidou a carreira de agricultor. Já sob a liderança do seu sucessor, Domingos António Fiuza (1824-1884), tornou-se uma das mais

¹⁰ Cf. Helder Adegar Fonseca (1992, 337-340 e 766-767).

importantes casas agrícolas eborenses. Da tradição mercantil ficara, contudo, o saber comercial¹¹.

António Francisco de Carvalho era conhecido na década de 1840 como um importante comerciante instalado na Rua Ancha com um armazém de ferro. O inventário da casa, em 1854, quando ele já tinha mais de 50 anos, confirma aquela actividade (10% do activo), mas mostra também que os seus interesses estavam particularmente centrados na terra e no sector agrícola: eles correspondiam a 32,7% e 21% do activo, respectivamente¹².

Joaquim Manuel da Costa e Silva, grande proprietário, lavrador e maior contribuinte (1855-1870), foi o sucessor de Manuel Joaquim da Costa e Silva (?-1835), um negociante em que também já eram visíveis os interesses directos na agricultura: na década de 1830 ele e o sócio utilizavam uma parte dos fundos da sociedade em aplicações agrícolas (exploravam uma quinta) e para o autofinanciamento de aquisições particulares de prédios rústicos. Nenhum dos filhos se interessou por prosseguir o negócio da família. Em 1862, quando faleceu a mulher, Joaquim Manuel da Costa e Silva (com 38 anos de idade) era reconhecido como lavrador e deu a inventário uma casa de lavoura instalada em herdade patrimonial. O outro filho, por seu lado, fez uma carreira escolar que lhe deu o lugar de professor no liceu da cidade¹³.

De igual modo, António Arsénio da Cruz Barreto (1770-1865), que, como o pai, foi durante muito tempo fabricante de cera (cerieiro), nas décadas de 1850-1860, transformou a lavoura na sua principal actividade. Tiago da Silva Monteiro (?-1871), outro grande lavrador, era filho e sucessor de um negociante e contrator de sola (João Crisóstomo da Silva), com interesses agrícolas (1816), e genro e sucessor do negociante Manuel Ferreira Gomes, que, em 1836, além dos interesses comerciais e agrícolas que possuía em Évora e Beja, deixou em Albergaria-a-Velha (Aveiro) um vasto património fundiário, incluindo adegas, lagares e armazéns de azeite e vinho¹⁴.

¹¹ Cf. ACF, «Alvará do Deão e Cabido da Santa Igreja Metropolitana de Évora» (1805), «Procuração [...] de Bernardino José Fiuza (a) José António da Cruz Camões» (15-6-1810), «Procuração [...] de Bernardino José Fiuza (a) José Dias Pereira» (24-6-1813), «Partilha amigável que fazem Michaela Tereza, Viúva de Bernardino [...] com seu filho Joaquim António Fiuza e suas filhas Mariana Victória e Joaquina Rosa» (1822). V. ainda Helder Adegar Fonseca (1992, 398 e 402-404, e 1996, 238-239).

¹² Cf. Helder Adegar Fonseca (1992, 399, e 1996, 238).

¹³ Manuel Joaquim da Costa e Silva, «doutor e professor do liceu de Évora» (1872), deixou um património constituído por bens imóveis e algumas aplicações financeiras em «inscrições» [cf. Helder Adegar Fonseca (1996, 238)].

¹⁴ João Crisóstomo da Silva, em 1816, além da loja e armazéns de couros, sapatos e frutos secos e das «várias contas (que tinha) com seus correspondentes», para quem tinha enviado «uma grande porção de lã», produzia cereais e vinho e criava gados nos prédios rústicos patrimoniais e numa herdade de que era rendeiro [cf. Helder Adegar Fonseca (1992, 389-397, e 1996, 236-237)].

E este tipo de trajectória repete-se pela segunda metade do século XIX. Quando se evocam os ascendentes do 1.º visconde e conde da Serra da Tourega e se salienta que era filho de António Bernardo Pinheiro, identificado como um «grande lavrador e proprietário» — que foi também presidente da Câmara Municipal e provedor da Misericórdia de Évora, procurador da Junta Geral do Distrito e deputado da nação —, está a apagar-se tanto a sua verdadeira origem como negociante, sócio e único sucessor da sociedade comercial Pinheiro, Pai e Filho como a sua ascendência, pelo lado materno (Gertrudes Angélica Tormenta), ligada aos meios industriais eborenses (fabrico de curtumes)¹⁵.

Apesar da importância destes percursos, que representam uma conversão agrária recente, no 3.º quartel do século XIX, em Évora, 18% dos maiores contribuintes destacavam-se como lojistas e negociantes no activo. Certamente tomando-os como referência, num jornal eborense da época (1862) escreveu-se o seguinte: «O comércio, a agricultura e a indústria para o alentejano é cousa de nenhum momento, desconhecem-lhe inteiramente a utilidade e as consequências. Por isso *quasi todos os lojistas e negociantes são homens que vem de outras províncias do Reino* estabelecer-se no Alentejo e *quasi tem a indústria e o comércio monopolizado em suas mãos; medram a olhos vistos em sua fortuna* cuidada assiduamente.» E a este mundo dos negócios o autor daquelas linhas contrapunha uma actividade agrícola liderada por «centenares de grandes lavradores e ricos asoberbados e do outro lado um grande número de famílias desvalidas, sem habilidade, sem indústria, sem movimento, sem espírito emprehendedor», a razão, «a circunstância especial da decadência e atraso de toda a vida social e política da província»¹⁶.

De facto, confirma-se que uma parte importante da actividade mercantil da maior praça comercial do Alentejo era exercida, pelo menos desde a primeira metade do século XIX, por gente oriunda recentemente (desde finais do século XVIII) do «norte» do país (Porto, Braga, Guimarães, Aveiro, Guarda, Castelo Branco), que trouxe capitais e talento e enriqueceu: Manuel José da Costa e Silva (?-1835) era natural de Braga e casou com uma filha de Manuel José Amaral, lavrador e sargento-mor de Portel; Manuel Gomes Ferreira (?-1836), compadre do anterior, era natural de Albergaria-a-Nova (Aveiro); Joaquim António de Sousa Matos (?-1841) era natural do Porto e, após uma eventual experiência em praças brasileiras (o circuito da emigração) e em Lisboa, estabeleceu-se em Évora, onde foi sócio do sogro, João dos Reis Guimarães, com raízes em Guimarães¹⁷.

¹⁵ Cf. entrada «Serra da Tourega (conde e visconde da)», in *Enciclopédia Luso-Brasileira*, s. d., Lisboa-Rio de Janeiro; Helder Adegar Fonseca (1992, 400, e 1996, 239).

¹⁶ Cf. *Pharol do Alentejo*, 1862, n.º 5 (o itálico é meu).

¹⁷ Cf. Helder Adegar Fonseca (1992, 764-765, e 1996, 232).

Um recrutamento exterior à cidade e à região confirmou-se pelo menos para 60% dos lojistas e comerciantes no activo em Évora durante o 3.º quartel do século XIX, entre os quais se destacavam os irmãos e sobrinho Lopes, provenientes da Sertã (Beira Baixa), José António e Eduardo Oliveira Soares, originários de Aveiro e ascendentes imediatos do futuro conselheiro Soares, e José Joaquim Ramos, vinculado aos meios industriais de Gouveia. Este padrão tem uma grande similitude com o detectado para o universo dos negociantes lisboetas do final do antigo regime.¹⁸

Comungando da procedência exógena e da acumulação de riqueza, um grupo de lojistas e comerciantes ou os seus imediatos sucessores chegaram ao topo da sociedade eborense nas primeiras duas décadas da segunda metade do século XIX, como homens de negócio e/ou grandes proprietários e lavradores — entre os quais Tiago da Silva Monteiro, Joaquim Manuel da Costa e Silva, José Maria de Sousa Matos, José Eduardo de Oliveira Soares, José Matias Carreira, António Bernardo Pinheiro, António Lopes, Francisco Lopes e Manuel Lopes, etc. —, colocando-se assim ao lado de outros cujo enraizamento local era mais antigo, como os Pinto da Rosa, os Espadas e os Abrantes e Oliveira.

II. ESTILO DE VIDA E SOCIABILIDADE

Na sociedade de Oitocentos o modo de habitar era um dos mais fortes sinais exteriores dos níveis de riqueza, prestígio e de dignidade de vida. Ao atributo de distinção acrescentava-se a manifestação do sentido de pertença entre aqueles que partilhavam posições sociais similares¹⁹.

A elite económica eborense de meados de Oitocentos possuía, em regra, a habitação principal na cidade e seus arredores, em moradias classificadas como «casas nobres» e «casas grandes», em alguns casos partilhadas entre membros do grupo com parentesco muito chegado. Era também frequente dispor de uma segunda habitação instalada na *herdade-centro da lavoura* que possuíam no concelho ou nos limítrofes. Embora raro, alguns deles tinham ainda outras moradias em «casa nobre» situadas noutras cidades ou vilas do Alentejo ou mesmo em Lisboa. E aqueles que normalmente viviam numa «boa casa» edificada no «monte» principal da exploração agrícola não prescindiam de uma «casa de pousada» na cidade, mesmo que arrendada (quadro n.º 1).

¹⁸ Cf. Helder Adegar Fonseca (1984 e 1992, 388-389); Jorge Miguel Pedreira (1992).

¹⁹ Cf. Lawrence e Jeane Stone (1972, 73-74); Michelle Perrot, «Cenas e lugares», in Philippe Ariés *et. al.* (1990, 307-324); Adeline Daumard (1992, 72-73 e 112-124); Rui Cascão (1989, 622 e segs.).

Lugares de residência dos maiores contribuintes de Évora, 1850-1870 (a)

[QUADRO N.º 1]

Tipos de moradia	Localização			
	Urbana (b)	Aldeia (c)	Herdade	Total
Casa nobre/palácio	27	0	0	27
Casa grande	10	2	2	14
Boa casa	1	0	0	1
Casa	1	0	0	1
Casa de pousada	4	0	0	4
Monte	0	0	24	24
<i>Total</i>	43	2	2	71

(a) Representa a residência de 83% dos maiores contribuintes arrolados no período de 1852-1867.

(b) Intramuros e extramuros da cidade de Évora.

(c) Aldeias do concelho de Évora.

Fonte: Helder Adegar Fonseca (1992, 336, e 1996, 202).

A tipologia dominante nos prédios urbanos que serviam para moradia dos membros do grupo é um sinal claro de distinção social. Como «casas nobres» eram identificados na época tanto os «palácios de prospecto decoroso e notória nobreza» como os «edifícios que na contiguidade de outros tiverem para as ruas nos prospectos seis janelas de frente em hum só andar e dahi para cima», conforme o definido numa lei 1772²⁰.

A similitude na tipologia da habitação principal foi produto da confluência de dois percursos que é conveniente destrinçar. De facto, as nossas personagens podem ser distribuídas por dois grupos em função de um passado marcado por maneiras de viver distintas. O primeiro pode designar-se como o *grupo de continuidade*, na medida em que os seus elementos revelam um estilo de vida já com tradição familiar, concordante com o dos seus ascendentes e quase sempre partilhando a mesma moradia. O outro, o *grupo da mudança*, é representado por aqueles que numa ou duas gerações alteraram expressivamente o seu lugar e modo de viver.

A componente aristocrática herdara os palácios e casas nobres e, com eles, o trem de vida da família. No final de Setecentos algumas das suas moradias apalaçadas já tinham beneficiado de melhoramentos estruturais, artísticos e de recheio. Ao longo da segunda metade do século XIX, estes lugares de domicílio conheceram novas benfeitorias. Por um lado, conferiu-se maior individualidade aos espaços da sociabilidade familiar e criaram-se

²⁰ Cf. decreto-lei de 9 de Julho de 1772, acerca da «divisão e união dos prédios e acerca dos encravados».

novos espaços, como os destinados à higiene pessoal, e, por outro lado, procedeu-se ao apetrechamento com novos equipamentos nas cocheiras, no mobiliário e objectos decorativos e utilitários da casa²¹.

Esta dignidade no viver não foi apanágio reservado apenas às casas que exibiam atributos de distinção muito valorizados na sociedade portuguesa do antigo regime. Os outros membros da elite económica eborense, ligados ao mundo do negócio e lavoura, se não partilhavam já de um trem de vida similar, cedo o adquiriram. Na verdade, alguns deles, ou os seus ascendentes imediatos, cuja tradição familiar assentava, manifestamente, num estilo de vida mais modesto, não prescindiram da aquisição ou edificação de moradias que, sendo um bom investimento patrimonial e uma melhoria no conforto da vida privada, foram também um sinal que exteriorizava o seu sucesso e afirmação social, afinal um conjunto de motivações que na época estimularam as elites europeias a fazerem aplicações desta natureza²².

A partir da década de 1830 são muitos os casos documentados sobre compra e recuperação de casas nobres: famílias como as de Moura Amaral, Rosado de Carvalho, Cruz Camões, os Fernandes, Perdigão, Fiuza, Pereira Rosa, Pinheiro, Sousa Matos e ainda as dos Fernandes, dos Lopes e dos Soares são algumas das que, até à década de 1870, compraram prédios apalaçados na cidade para neles instalarem a nova moradia urbana²³.

O exemplo mais radical e com mais impacto na cidade, revelador de uma conduta mimética em matéria de «bom gosto» e distinção aristocrática, é o da «casa do Ramalho». Em 1864, com 20 anos, Inácia Angélica Fernandes, neta de Joaquim António de Sousa Matos (negociante) e de Joaquim José Fernandes (lavrador) e filha de Miguel José Piteira Fernandes (lavrador e negociante), contraiu matrimónio com José Maria Ramalho Dinis Perdigão, um lavrador de 34 anos, muito abastado, cujos progenitores, apesar de terem sido gente abonada e proprietária de muitas herdades, habitaram com alguma modéstia no monte da Herdade da Oliveirinha, prédio de que eram rendeiros quando faleceram, em 1846²⁴.

²¹ Sobre os palácios, descrições funcionais, obras de beneficiação e equipamentos, v. Helder Adegar Fonseca (1992, 337-344, e 1996, 202-217). Sobre o gosto das elites europeias, v., por exemplo, Philippe Ariès e George Duby (1990, 332 e segs.); Adeline Daumard (1992, 112-124); Chaussinand-Nogaret (1991, 302 e segs.).

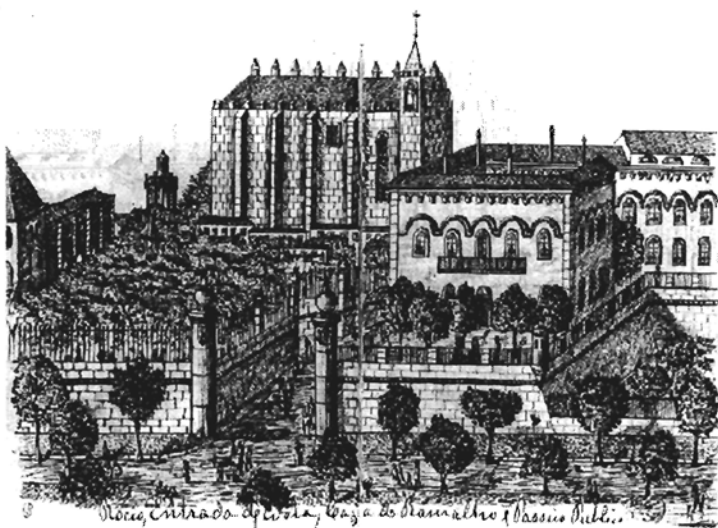
²² Cf., por exemplo, Michelle Perrot (1990, 307-312); Alberio Mario Banti (1988, 48 e segs.); Lawrence e Jeanne Stone (1984, 270 e segs.); Helder Adegar Fonseca e Jaime Reis (1987, 871-874); Adeline Daumard (1992, 108-124).

²³ Também se fizeram algumas aquisições deste tipo de prédios para neles se instalarem fábricas de azeite, curtumes, cortiça e moagem. Cf. ACRPE, *Livro das Descrições Prediais*, prédios descritos com os n.ºs 24, 49, 50, 57, 58, 107, 140, 193, 295, 298, 316, 555, 663, 688, 720, 737, 3269; ACF, *Cadernos de Contas de Administração de Domingos António Fiuza*, 1872; Gabriel Pereira (1934, 143); Túlio Espanca (1946, 21-27, 1949, 228-231, 1966, 95-278, e 1972, 105); Manuel Carvalho Muniz (1984, 92).

²⁴ Cf. ADE, NJ, IOCE, mc. 70, processo n.º 1293; Helder Adegar Fonseca (1992, 783-785).

O jovem casal, para sua moradia, mandou edificar, num prédio que foi património avoengo, um grande palácio, «a última grandiosa residência fidalga (!!!) de arquitectura civil que se levantou na cidade» (gravura n.º 1). O risco foi encomendado ao arquitecto italiano Giuzeppe Cinatti, o projectista do jardim ou passeio público da cidade, um espaço edificado em frente do referido palácio que se tornou o principal ponto de referência da sociabilidade pública eborense da segunda metade do século passado²⁵.

[GRAVURA N.º 1]



**O palácio de José Maria Ramalho Dinis Perdigão: desenho de 1867
(em segundo plano à esquerda)**

Fonte: Carlo Basto, *Viagem a Beja e Évora em 20 de Junho de 1867*, 2.º vol., manuscrito particular (Base de Imagens Projecto JNICT PCSH/HIS/1002/95).

As duas obras impressionaram não só os habitantes da cidade, mas também os visitantes que por ela passaram. Um deles, Carlo Basto, um homem ligado aos meios de negócio lisboetas, na memória em que registou a sua *Viagem a Beja e Évora em 26 de Junho de 1867*, foi dos primeiros locais que visitou quando chegou à cidade. Retenhamos o seu testemunho: «Finalmente chegámos ao Passeio Público de Évora. Muito melhor que o nosso

²⁵ Cf. Túlio Espanca (1966, 201). Sobre a imitação das residências aristocráticas pela burguesia, v. Anacleto Pons e Justo Serna (1992, 127).

Passeio do Rocio. Obra do (meu amigo) Cinnati, está em princípio mas deverá a vir a ser muito melhor e mesmo muito mais curioso que o da Estrela [...] Na frente d'este Passeio fica a casa do Ramalho, ou para melhor dizer o Palácio [...] de lindo gosto [...]], onde o «abastado lavrador (já) dispendeu 120 contos, e ainda não está pronto, faltam-lhe as salas de baile. Está colocado este palácio à entrada de Évora e fica-lhe na frente o lindo Passeio Público e do outro lado os jardins e pomares pertencentes ao mesmo lavrador, parece estar a gente em Lisboa quando se vai do Passeio e se vê a casa do Ramalho na frente²⁶.»

As obras tanto no edifício principal como nas dependências ter-se-ão prolongado para além da morte de Dinis Perdigão (1884), sob assistência do Dr. Francisco Eduardo de Barahona Frago, segundo marido de Inácia Angélica e filho do 1.º visconde da Esperança. O resultado final foi uma moradia com 1054 m² de área coberta, composta por «rés do chão, com 9 divisões», incluindo cocheiras, cavalariças, picadeiro e outras dependências, «1.º Andar com 19 divisões e 2.º andar com 15 divisões e 3.º andar com 5 divisões». Dispunha também de uma área descoberta, com cerca de 5000 m², transformada em logradouro de jardins, horta e pomares²⁷.

A melhoria no lugar da residência correspondeu a uma mudança global no estilo de vida. Apesar das particularidades inerentes à situação e trajetória de cada casal, os inventários mostram como, ao longo da segunda metade do século XIX, o quotidiano destas famílias se tornou mais cómodo, com a incorporação de um mobiliário mais diversificado e sofisticado. Além disso aumentou a área e tornou-se mais complexa a estrutura funcional dos espaços destinados à habitação familiar, em correspondência com as novas necessidades mundanas e privadas da família. A sala de visitas, como local de sociabilidade, e a capela, como espaço de recolhimento, são exemplos de funções tradicionais que se preservaram em sítio próprio. Mas foram criados novos espaços reservados à mundanidade, sendo o mais marcante o salão de baile, e generalizaram-se outros, como lugares de trabalho reservados aos proprietários do espaço doméstico (escritório, a livraria e a sala de costura) ou como espaços específicos destinados à higiene pessoal²⁸.

Não é efectivamente pelo modo de habitar que podemos diferenciar radicalmente as componentes sociais da elite económica eborense da segunda metade do século XIX. A moda europeia e particularmente a francesa, cuja influência no país foi destacada na época (Charles Vogel, 1860), deverão ter

²⁶ Carlo Basto, *Viagem a Beja e Évora em 20 de Junho de 1867*, 2.º vol., manuscrito particular, fls 49-59.

²⁷ Cf. ACRPE, *Livros das Descrições Prediais*, prédios n.º 8610 e 12 831; Túlio Espanca (1966, 201).

²⁸ V. alguns exemplos em Helder Adegar Fonseca (1992, 783-785).

contribuído para homogeneizar alguns hábitos, introduzindo elementos e práticas comuns na vida familiar. Desde cedo entraram no quotidiano das famílias objectos que se associaram a novos hábitos em difusão na Europa. A presença quase generalizada do piano é um dado adquirido e certamente concordante com a frequência com que os jornais da época publicitam as *soirées* e récitas familiares promovidas pela «elite de Évora»²⁹. Em 1842 o lavrador Martins Duarte já tinha na casa de pousada na cidade uma mesa de bilhar, um jogo que fez moda na Europa oitocentista, «atestando uma vida mundana permanente e o luxo que importantes possibilidades financeiras proporcionam»³⁰. A cadeira *à Voltaire*, a máquina de coser *Singer*, a tina com «esquentador» para «banho de chuva», o «serviço de louça inglesa» e, na cocheira, o *chair-à-banc* ou o *Phacton*, tornaram-se objectos e equipamentos cada vez mais vulgares entre o grupo e são um sinal claro tanto de riqueza como da modernidade do consumo e de um gosto à escala europeia³¹.

Um gosto que foi alargado a outras componentes da vida quotidiana. O espólio já recolhido não deixa dúvidas de que este espaço social oitocentista não ficou à margem da «era da plenitude do retrato fotográfico», como já foi caracterizado o período de 1839 a 1890, e neste registo fixaram, desde 1847, poses, gostos, hábitos, «espaços» e gestos das personalidades e das famílias, representações que passaram a ter lugar de destaque nos cenários dos principais espaços da habitação em molduras ou no «album photographico» para a memória comum da família e do grupo³².

No final do século, num jornal local, o opinante via com alguma reserva a generalização do luxo «nesta terra», particularmente entre a «classe média, sendo geral a tendência para abandonar o vestuário que era geralmente usado e que tinha tanto de elegante, como de económico». Para esta mudança certamente contribuíram os «figurinos chegados de Paris» que, já em 1862, o *Pharol do Alentejo* punha à disposição das suas leitoras. Atento a ela estava o proprietário da Casa Africana, que, interessado em «satisfazer as exigências da *high life* eborense», não só encomendou uma colecção de chapéus franceses a uma das «mais conceituadas modistas de Paris», como contratou os serviços de costura de Mlle Françoise Libré³³.

²⁹ Cf. *Manuelinho de Évora*, 1890, n.º 460, e 1891, n.º 518.

³⁰ Cf. Philippe Ariès e George Duby (dir.) (1990, 341-343).

³¹ Cf. Helder Adegar Fonseca (1992, 339-360 e 776-786, e 1996, 216-217).

³² Cf. Moami Rosenblum (1984); António Sena (1991, 17); *Chronica Eborense*, 1847, n.ºs 7 a 32; *Guião da Exposição Retratos de Família: Elites Eborenses no Século XIX*, Évora, 1996.

³³ Cf. *Pharol do Alentejo*, 1862, n.º 22; *Diário do Alentejo*, 1886, n.º 4; *Diário de Évora*, 1895, n.º 299; *Manuelinho de Évora*, 1891, n.º 547.

Sinais de um estilo de vida similar entre as mais ricas e poderosas casas eborenses detectam-se também nos domicílios secundários e nas práticas de vilegiatura. É um facto que os montes das herdades-sede de lavoura, que serviam para moradia nos momentos mais importantes do ciclo agrícola, foram também lugares onde, mantendo ou adoptando uma tradição, as famílias passavam temporadas num ambiente de grande comodidade. No entanto, o hábito de «fazer uma temporada no campo», antigo entre as famílias fidalgas, generalizado entre as casas ricas da Europa oitocentista — «a burguesia pôs-se a imitar o modelo aristocrático» — e concretizado em Évora na retirada das «famílias abastadas» para as herdades e as «quintas dos arredores» logo após a feira anual de São João (Junho), passou a enfrentar a concorrência de outros modelos de vilegiatura marcadamente oitocentistas: os banhos de mar e o termalismo³⁴.

Em 1867 Parreira Cortez, um importante lavrador do Sul do Alentejo (Serpa), registava no seu diário o facto de «todos os anos (sair) com minha tia Maria Rita e a minha noiva para Vila Real de Santo António a banhos». Um ano antes Ferreira Lapa, comissário estatal em visita à «vindimas e feitura de vinhos» de Setúbal, notou que «a afluência de gente vinda do Alentejo e de Hespanha aos banhos ao Sado tem promovido larga importação dos vinhos de Cuba, da Vidigueira, de Évora e de Beja [...]»³⁵.

A elite eborense partilhou este apetite crescente de reservar uma parte do Verão às «praias, thermas, digressões e vilegiaturas» e, à entrada do nosso século, as «temporadas» anuais de veraneio nas zonas termais (Gerês, Buçaco, Caldas da Rainha, Pedras Salgadas, Cabeço de Vide, Marvão, etc.) e nas praias (Sines, Setúbal, Barreiro, Belém, Estoril, Cascais, Sintra, Ericeira, Peniche, São Martinho do Porto, Nazaré, Figueira da Foz, Espinho, etc.) eram já uma prática completamente enraizada. «Vai começar o êxodo dos veraneantes. No próximo mês de Agosto preparam-se para fazer a sua estação de praia e termas os nossos amigos e assinantes», noticiava-se na imprensa local em 1903³⁶.

Um gosto para o qual certamente contribuiu a leitura de livros, como os que Ramalho Ortigão dedicou aos banhos e praias de Portugal e que constavam de uma das raras livrarias que foi arrolada com discriminação de

³⁴ Cf. Helder Adegar Fonseca (1992, 360-363); Philippe Ariès e George Duby (dir.) (1990, 228); Chaussinand-Nogaret (dir.) (1991, 337-338).

³⁵ Cf. Ana Maria Cardoso de Matos *et. al.* (1982, 143); Ferreira Lapa, *Memória sobre os Processos de Vinificação empregados nos principais centros vinhateiros do País*, Lisboa, I. N., 1867, p. 11.

³⁶ Cf. *Manuelinho de Évora*, 1892, n.º 516; *Notícias de Évora*, 1903, n.º 855. Sobre os lugares de veraneio, v. também *Pharol do Alentejo*, números de Julho a Setembro de 1862 a 1864; *Gazeta do Meio Dia*, números de Julho a Setembro de 1864 e 1865; *Manuelinho de Évora*, números de Julho a Setembro de 1880 a 1889.

autores e títulos³⁷. E que mereceu a crítica azeda de outros. Foi «numa estação de banhos», num «mundo refinado» frequentado por «elegante(s) ménage(s)», que circulavam entre a praia e o «clubes», e por famílias de «farrapos de aristocracia pobre, banqueiros absolvidos, camarilhas que se enrodilhavam comidas de hypothecas, infantes, diplomatas e mais apêndices de côrte em vilegiatura» que, em 1882, Fialho d'Almeida reencontrou o «Morgado das Olhalvas», alentejano de grande lavoura e posses e principal personagem de um dos seus contos³⁸.

Também Gabriel Pereira lamentou, no final do século XIX, a transformação de algumas «casas de campo» em simples «pousadas venatórias» ou mesmo «em moradas de feitores e caseiros» e, sem perceber o que na verdade estava em causa, atribuiu-o à «falta de amor, de cultura, de gôsto, de tradição» revelada pelas elites eborenses, que agora corriam «para as Caldas, para as praias [...] que encantos nos chalets, nos clubs»! Foram seguramente razões mais ligadas ao entrosamento num modo de vida de um universo elitista mais alargado que levaram as famílias da elite eborense a marcar lugar em hotéis ou alugar casas nas estações de praia e termalismo, ou ainda, como fez o casal de Inácia e Francisco Barahona, a adquirir uma casa de Verão no Monte Estoril³⁹.

A identidade social do grupo alicerçou-se ainda noutras práticas de distinção e selecção. Nelas se incluíram, por exemplo, «os rituais da sociabilidade que passava preponderantemente pelo espaço doméstico»: os bailes, as *soirées*, as representações teatrais familiares, os jantares, que eram partilhados com os parentes e amigos, um círculo de relações que envolvia «a sociedade», ou seja, «a melhor sociedade», ou a «elite d'Évora», «independentemente da sua origem burguesa ou aristocrática»⁴⁰. E delas fez parte também a criação do Círculo Eborense como «uma associação de integração e identificação» do grupo⁴¹.

De facto, a partir dos anos 1830, as elites alentejanas, acompanhando uma moda em voga no país e na Europa⁴², aderiram ao movimento dos «clubes». Em Beja criou-se o «Clube Bejense», que tinha «casa própria», de

³⁷ Cf. Livraria de José Joaquim de Moura Amaral em 1877 (ADE, NJ, IOCE, maço 113, processo n.º 2051); Ramalho Ortigão, *Banhos das Caldas e Águas Minerais*, Porto, 1875, e *As Praias de Portugal*, Porto, 1876.

³⁸ Cf. Fialho de Almeida (1932: v. o conto «O Morgado»).

³⁹ Cf. Gabriel Pereira (1934, 192-194); v. ainda Silva Godinho (1980, 113); *Notícias de Évora*, 1918, n.º 5105; ARFE, processos n.ºs 731-A e 1505, 2.ª série; v. também Philippe Ariès e Georges Duby (1990, 229-232); Guy Chaussinand-Nogaret (dir.) (1991, 302-304).

⁴⁰ Cf. Maria Ana Bernardo (1992, 8-29); *Folha do Sul*, 1867, n.º 342; *Manuelinho de Évora*, 1882, n.º 59, e 1884, n.º 205.

⁴¹ Cf. Maria Ana Bernardo (1992, 100).

⁴² Cf., por exemplo, F. M. L. Thompson (ed.) (1993, 395-443); David Blackbourn e Richard J. Evans (1991, 11-12); Anacleto Pons e Justo Serna (1992, 215-248); Guy Chaussinand-Nogaret (dir.) (1991, 302); Maria Ana Bernardo (1992, 117-119).

«muito gosto e muito bem mobilado [...] com um bom bilhar e uma sala de bayle formidável» e cuja frequência era reservada a uma «sociedade escolhida». Em Évora fundou-se talvez um dos primeiros clubes da região, o Círculo Eborense (1836), que se propunha proporcionar aos sócios «os meios de recreação e cultura» (jogos de salão, bailes, reuniões familiares, concertos musicais, etc.). Ficou instalado numa «casa nobre situada no Largo das Casas Pintadas», uma das «melhores casas» da cidade, e em 1867 dispunha de «2 salas muito bem mobiladas [e] um bom bilhar»⁴³.

O Círculo Eborense foi na origem, e permaneceu ao longo do século, um «club da elite» da cidade e serviu de modelo aos congéneres regionais⁴⁴. A análise do recrutamento dos sócios ordinários reforça a ideia de um entrosamento social crescente no grupo dos maiores contribuintes de Évora. De facto, 69% dos 50 sócios inscritos no ano da fundação (1836) estavam no topo da lista dos contribuintes de meados do século ou eram seus ascendentes directos: tratava-se de gente ligada aos meios agrários, com tradição aristocrática ou não. Entre os fundadores encontrava-se apenas um negociante: Manuel José Afonso Viana⁴⁵.

De 1837 a 1871 foram admitidos mais 99 sócios: destes, 38% estavam entre os maiores tributados e 22% eram seus parentes de 1.º grau (filhos ou genros). O recrutamento dos sócios do Círculo Eborense não ficou à margem do próprio processo de homogeneização social: neste período ocorreu a progressiva integração de negociantes e seus descendentes. No entanto, nos critérios de admissão (o novo sócio era proposto por um dos sócios ordinários e admitido em reunião da direcção do Círculo), o parentesco ocupou um lugar de relevo: entre aqueles que foram admitidos provenientes do grupo dos maiores contribuintes, 70% eram descendentes directos (filhos e genros) dos sócios fundadores⁴⁶.

III. LAÇOS DE FAMÍLIA E DINASTIAS

A coesão acima revelada consolidava-se num elo social horizontal bastante mais profundo entre estas personagens e as suas famílias: as relações de

⁴³ Cf. Carlo Basto, *Viagem a Beja e Évora em 20 de Junho de 1867*, manuscrito particular, 1.º vol., fls 19-22 e 3.º vol., fl. 69; Maria Ana Bernardo (1992, 45-46 e 112).

⁴⁴ Cf., por exemplo, os dados fornecidos por Maria da Conceição Malta (1993, 231-311).

⁴⁵ Cf. Maria Ana Bernardo (1992, 130 e 187); Helder Adegar Fonseca (1992, 766-767).

⁴⁶ Entre os quais José Matias Carreira (1844) e o cunhado Joaquim Miguel Espada (1850), João Pinto da Rosa (1847), José Maria de Sousa Matos (1848), Matias Piteira Fernandes (lavrador e negociante, 1855), Domingos António Fiuza (1854), Manuel Eduardo de Oliveira Soares (1855), José Joaquim Ramos (1858), Francisco António Tormenta (1862), Luís Valente Pereira Rosa (1862) [cf. Maria Ana Bernardo (1992, 143-164); Helder Adegar Fonseca (1992, 766-767, ou 1996, 222-223)].

parentesco. A reconstituição das relações familiares entre os casais maiores contribuintes mostra que dois terços (68%) dos maiores contribuintes tinham pelo menos outro parente e metade (47%) tinha mesmo dois ou mais parentes no topo da elite económica eborense. Em 62% dos casos aquele parentesco era de 1.º grau, directo ou afim: pais e sogros, filhos, irmãos e cunhados. Note-se que esta intensidade de parentesco não era invulgar nos grupos de elite na época⁴⁷.

Na sua base estiveram as estratégias de casamento. Este instrumento-chave da reprodução social desempenhou um papel de revelo na construção da identidade do grupo de elite que se reconstituiu em Évora após o triunfo liberal. Através dele, aristocratas, lavradores e negociantes comprometeram-se numa teia, complexa e recente, de laços de família que contribuíram para o esbatimento da diversidade das origens, favoreceram a recomposição dos patrimónios e, por isso, foram um elemento de integração e coesão social do grupo⁴⁸.

O exemplo mais exarcebado foi o dos laços que nas décadas de 1830 e 1840 amarraram os descendentes das casas do negociante José Maria de Sousa Matos (?-1841) e do lavrador Joaquim José Fernandes (1783-1854). O filho varão de Sousa Matos casou com uma descendente dos futuros barões de Almeirim (Manuel Freire Rocha e Luísa Maria Joana Braamcamp), duas filhas uniram-se pelo matrimónio com negociantes da praça de Évora (João Pedro Carneiro e António Teles de Matos) e a outra casou com o Dr. Baltazar Perez Ramirez, bacharel em Direito, ligado aos meios do alto funcionalismo e grande proprietário na vila do Redondo. Na casa Fernandes, as filhas casaram no «meio», ou seja, com grandes proprietários e lavradores de Évora (José António Varela) e Redondo (Domingos António Falé Ramalho), e três filhos casaram com descendentes de famílias de igual origem e condição residentes em Beja ou Portel. Mas três filhas de Sousa Matos ligaram-se pelo casamento com igual número de herdeiros de José Joaquim Fernandes. Daqui nasceu a poderosa dinastia dos Matos Fernandes. Acrescente-se apenas que todas as personagens acima referenciadas fizeram parte das listas dos mais tributados nos concelhos de residência política⁴⁹.

A gravura n.º 2 reproduz um retrato de família, enquadrado pela frente da casa apalaçada da «Horta da Porta» (Évora) e datado de finais do século XIX, onde o casal Miguel José Piteira Fernandes e Ana Amália de Sousa Matos aparece rodeado de duas gerações de descendentes. É uma imagem vigorosa

⁴⁷ Sobre o método de reconstituição v. Helder Adegar Fonseca (1992, 790-791, e 1996, 223); v. também Adeline Daumard (1992, 162-164, 188-197 e 227-236); Anaclet Pons e Justo Serna (1994, 185-199).

⁴⁸ Pode ver-se uma representação gráfica destas relações em Helder Adegar Fonseca (1996, 478-479).

⁴⁹ Cf. Helder Adegar Fonseca (1992, 375) e também ADE, NJ, IOCE, maços 65 e 77, processos n.ºs 1191 e 1412.

dos laços que envolviam cinco casas maiores contribuintes no concelho de Évora em cujo passado encontramos raízes aristocratas, de lavoura e de negócio. Mas é também um registo que fixa um momento simbólico para as gerações envolvidas e as vindouras, o da partilha, a partir de agora, de uma linhagem comum.

[GRAVURA N.º 2]



O casal Miguel José Piteira Fernandes e Ana Amália de Sousa Matos e a descendência

Fonte: Colecção particular (Base de Imagens Projecto JNICT PCSH/HIS/1002/95).

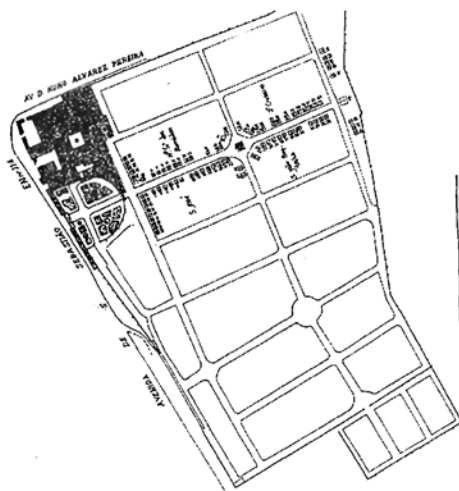
De facto, ao mesmo tempo que entre si estreitam os laços de família, os membros da elite económica eborense revelam uma outra preocupação comum: a vontade de perpetuarem a memória familiar, manterem ou construir um passado e uma dinastia, consolidarem a coesão social do grupo. E «el lugar en donde mejor se conjuga el sentido de la propiedad y el sentimiento de cohesión y de clase es en las criptas o panteones que encontramos en los cementerios del siglo XIX»⁵⁰.

No cemitério público de Évora, criado na cerca do Convento de Nossa Senhora dos Remédios em 1838, a sociedade eborense construiu a sua cida-

de dos mortos, organizando-a «em função de uma ampla alameda que era cruzada por outras três alamedas, estas mais estreitas. Paralelamente à alameda central havia duas ruas secundárias, uma de cada lado, que também atravessavam o cemitério»⁵¹.

O modelo de ocupação social do espaço cemiterial em Évora corresponde ao «modelo burguês» da cidade oitocentista, comum aos cemitérios europeus do século XIX⁵². Os espaços que ladeavam as alamedas principais do cemitério de Nossa Senhora dos Remédios foram comprados, desde 1847, mas com maior incidência nas décadas de 1870 e 1880, pelas casas mais importantes da cidade para aí edificarem os jazigos familiares. Iguais e em destaque na *cidade dos vivos* e na *cidade dos mortos*: o *palácio*, a *casa nobre* e a *casa grande* deram lugar ao *panteão* e ao *mausuléu* (gravuras n.º 3 e 4), construções mortuárias cujos estilos «remetem para uma raiz artística longínqua» de «inspiração clássica» e cumprem três funções sociais relevantes: a distinção na sociedade, a integração no grupo de elite e a perenidade da família.

[GRAVURA N.º 3]



Planta do cemitério de Nossa Senhora dos Remédios-cemitério público da cidade de Évora: localização dos jazigos das principais casas

Fonte: Luís Miguel Nunes Carolino (1994) (Base de Imagens Projecto JNICT PCSH/HIS/1002/95).

⁵¹ Cf. Luís Miguel Nunes Carolino (1994, 35).

⁵² Adeline Daumard (1992, 112-113); Anaclet Pons e Justo Serna (1992, 146).

[GRAVURA N.º 4]



Cemitério público da cidade de Évora — perspectiva da alameda principal; ao fundo o panteão da casa de José Maria Ramalho Dinis Perdigão

Fonte: Luís Miguel Carolino (1994) (Base de Imagens Projecto JNICT PCSH/HIS/1002/95).

IV. FAMÍLIA, EDUCAÇÃO, CARREIRA E PRESTÍGIO

Contrastando com o quadro regional, onde cerca de 88% (1864) da população era iletrada⁵³ — «a mais analfabeta das regiões portuguesas», para usar uma expressão de Filomena Mónica⁵⁴ —, a elite económica eborense em meados do século XIX não só estava completamente alfabetizada, como a maioria tinha beneficiado da instrução secundária (48%) ou mesmo obtido uma formação de nível superior (13%), em particular nos domínios da jurisprudência e medicina (quadro n.º 2). Isto significa que, na preparação das suas carreiras, os progenitores, tanto dos meios aristocráticos como burgueses, investiram na educação formal dos filhos.

A discussão sobre a capacidade conferida pela educação formal ao desempenho empresarial permanece em aberto. Está bastante enraizada a ideia de que as escolas *iluminista* e *liberal* pouco contribuíram para a preparação das carreiras técnicas e empresariais, visando essencialmente formar o *cidadão* e o *cavalheiro*. O ensino secundário constituía uma etapa preparatória de

⁵³ Cf. Fernando Luís Gameiro (1995, 4).

⁵⁴ Cf. Filomena Mónica (1992, 1).

acesso ao ensino superior, o qual capacitava para uma carreira na administração pública ou nas profissões liberais. Foi este o percurso percorrido por algumas das personagens eborenses da época, como, por exemplo, António Varela Ramalho e Joaquim Filipe de Soure, com ascendências nos meios aristocrático e agrário eborenses⁵⁵.

Níveis de educação formal dos maiores contribuintes
do concelho de Évora (1855)

[QUADRO N.º 2]

Maiores contribuintes (a)	Níveis de escolarização			
	Número	Instrução primária	Instrução secundária(c)	Instrução superior
Aristocratas	11	0	10	1
Lavradores	35	18	17	0
Negociantes e logistas	10	6	4	0
Outros (b).	9	2	1	8
<i>Total</i>	67	26	32	9

(a) Inclui todos os maiores contribuintes laicos arrolados entre 1850 e 1870 que em 1855 estavam vivos, eram maiores de idade e integravam a sociedade agrícola do distrito de Évora.

(b) Inclui membros das profissões liberais (4 bacharéis em Direito e 4 em Medicina), 2 proprietários com instrução primária e um funcionário público, filho de um negociante, com instrução secundária.

(c) Em 77% dos casos tratava-se, seguramente, ainda do antigo «ensino médio», onde pontificava o estudo da gramática latina.

Fonte: Helder Adegar Fonseca (1992, 772-773)

Em Portugal, como noutros países europeus, a conversão do *ensino médio* (onde pontificava o estudo da *gramática latina* como condição suficiente para o acesso ao ensino superior) em *ensino secundário* (criado em 1836 e aplicado a partir de 1840) foi acompanhada por uma reforma curricular dirigida para uma formação mais polivalente, incluindo o estudo de línguas estrangeiras vivas, das ciências positivas e dos «princípios da economia política, de administração pública e de comércio». Mas desta inovação apenas poderá ter beneficiado uma fatia muito reduzida das personagens que em Évora integraram a elite económica entre 1850 e 1870. Basta ter em conta que apenas 12% nasceram depois de 1825 e que os primeiros liceus foram instalados em Lisboa e Porto em 1840 e o liceu eborense só foi criado em 1845⁵⁶.

Não parece merecer qualquer dúvida que o grupo em análise, no seu conjunto, possuía um capital escolar que favorecia a sua superioridade social e a notabilidade, acompanhando, assim, os seus congéneres europeus⁵⁷. E,

⁵⁵ Cf. Alain Guillemin (1972, 36); Youssef Cassis (1994, 125-308); Rómulo de Carvalho (1987, 549-597).

⁵⁶ Cf. Rómulo de Carvalho (1987, 549-597).

⁵⁷ Cf. Alain Guillemin (1972, 34-37); Adeine Daumard (1992, 164-168).

atendendo à natureza da oferta de ensino público e privado existente no país, é difícil admitir que, ao nível da educação formal, a primeira geração empresarial da *pax* liberal tivesse necessidade ou oportunidade de ir mais longe para abraçar uma carreira de negociante, de industrial ou de «proprietário e lavrador», na «accepção de chefes directores de qualquer empresa agrícola», como já era entendida na época⁵⁸.

A elite económica eborense revelava um nível médio de instrução formal que não a afastava dos perfis que têm sido traçados para alguns grupos empresariais da época. De facto, ela estava numa situação similar ou mesmo superior à que os industriais portugueses apresentavam no último quartel do século XIX⁵⁹. Fique também dito que, neste campo, os lavradores preenchiam as condições atribuídas aos agricultores abertos à inovação: «They tend to have a higt social status in their community and are well educated⁶⁰.»

Não foi nas escolas públicas ou privadas que eles adquiriram a sua «cultura empresarial». De facto, era em casa, no seio familiar, onde desde cedo se traçava e preparava o seu destino profissional. Nos inventários orfanológicos rastream-se testemunhos desta transmissão dos saberes de direcção e gerência.

Nos meios da lavoura a preparação para a carreira profissional corria em paralelo com a alfabetização. Em 1862, por óbito do progenitor — João José Rosado de Carvalho, que deixou um património fundiário e agrícola avaliado em mais de 44 contos de réis —, o destino do único filho, José Joaquim Rosado Perdigão, com 2 anos de idade, ficava assim definido: «Descendendo de lavradores n'esta província, os quais também descenderam d'outros que sempre, por si e por seus antepassados se dedicarão a uma tão útil profissão, (o menor) virá com muita probabilidade a exercer a mesma pois que esta é a marcha regularmente seguida [...] donde não convêm vender os bens de lavoura que lhe foram adjudicados», pois no futuro teria de «despender avultadas somas [...] dificultando-se por esta forma seguir a carreira de seus antepassados e obter os bons resultados que os mesmos obtiveram.» E os mapas das contas apresentadas em juízo dos órfãos pelo tutor (o tio paterno Ignácio José Rosado de Carvalho, que se tornou também padrasto do órfão) não deixam de registar despesas com o «alimento e educação» da criança, ou seja, «vestido e calçado» e «um tratamento e educação de decencia igual às suas pessoas, tendo na cidade de Évora a instrucção nos princípios de ler, escrever e contar não só para ser um bom lavrador mas para ser um bom cidadão e útil à sociedade»⁶¹.

⁵⁸ Cf. Manuel Adelino de Figueiredo (1861, 10, 27); v. também Rodrigues Marques (1959, 3-4).

⁵⁹ Cf. Maria Filomena Mónica (1987, 847).

⁶⁰ Cf. David Grigg (1982, 155).

⁶¹ Cf. ADE, NJ, IOCE, maços 68, 76 e 93, processos n.ºs 1262, 1398 e 1716.

E não era fácil mudar este percurso tão cedo traçado pelos interesses familiares. O negociante Manuel Eduardo de Oliveira Soares, como inventariante e cabeça-de-casal no processo de partilhas por morte do sogro, o lavrador João Piteira Vidigal (1860), admitira a hipótese de venda do trem de lavoura da casa, atendendo à menoridade da descendência. O conselho de família, composto essencialmente por familiares ligados aos meios da lavoura, recusou tal solução com o argumento de que os herdeiros eram «filhos e netos de lavradores» e a «sua criação e educação tem sido, e ainda hoje seu tráfico é, nesta ordem de vida»⁶².

A aprendizagem precoce do exercício da lavoura permitia assegurar a transmissão e assumpção de responsabilidades perante contingências impostas pela ruptura dos ciclos de vida. A morte do lavrador José Ramalho Galego (1846) e de Joana Rosa Ramalho Dinis Perdigão (1847) deixou órfão, com 16 anos de idade, José Maria Ramalho Dinis Perdigão. O juiz dos órfãos atribuiu a responsabilidade da tutela e administração desta grande casa (património avaliado em cerca de 100 contos de réis) ao avô materno, Januário Dinis Perdigão, que, em 1849, declarou não estar em condições de prestar contas ao tribunal porque «de cousa alguma tomou conta por julgar (o seu tutelado) capaz de bem administrar as suas legítimas». O jovem José Maria, apesar de não dispor de «uma vasta ilustração literária», tendo adquirido apenas a instrução primária, tornou-se, pelo seu êxito, arrojo e espírito inovador, uma das figuras lendárias («o Ramalho de Évora») dos meios empresariais alentejanos e uma das mais importantes do mundo empresarial português na segunda metade do século XIX, ao lado de personalidades como José Maria Eugénio de Almeida, José Maria dos Santos e Flamiano Anjos⁶³.

Uma aprendizagem similar ocorria nos meios mercantis. Em 1834, Francisco Lopes, negociante da praça de Évora, chamou o sobrinho José António de Oliveira Soares, com 27 anos e natural de Oliveira de Azeméis, dando-lhe sociedade. O primeiro assumiu a posição de «capitalista». O segundo, que fez uma entrada em dinheiro meramente simbólica (137 mil réis) ficou como «sócio gerente». Partilharam o negócio e a habitação e, três anos depois, José António casava com Ana Silveira Machado, filha do capitão e lavrador Joaquim de Sant'Ana Machado (Portel), de cujo matrimónio nasceu Manuel Eduardo de Oliveira Soares, acima referenciado como parte interessada na partilha de uma casa de lavoura a que se ligou pelo casamento. Em 1854, José António, já no estado de viúvo, faleceu sem que entre os sócios

⁶² Cf. ADE, NJ, IOCE, maço 86, processo n.º 1583.

⁶³ Cf. ADE, NJ, IOCE, maço 70, processo n.º 1293, *Manuelinho de Évora*, Évora, 1884, suplemento ao n.º 162; *Progresso do Alentejo*, Évora, 1884, n.º 35; *Sul*, Évora, 1884, n.º 316; *Comércio e Indústria*, Lisboa, 1887, n.º 98; Helder Adegar Fonseca (1992, 604-618, e 1996, 360-361).

«houvesse escritura pública». O processo de transmissão da herança passou pela formalização da sociedade comercial. Na proposta judicial, António Lopes, padrinho de baptismo e tutor nomeado por testamento de Manuel Eduardo, alegou que o menor estava «próximo de fazer os 18 anos de idade, na qual o Código Comercial o considera habilitado para ser havido por maior neste género de vida que desde cedo insetara [...]»⁶⁴.

A maioria do grupo teve uma formação empresarial nas áreas da lavoura e negócio, através do treino e da transmissão da experiência familiar. No entanto, é necessário referir a presença de outra cultura económica, centrada na «administração da casa». Eram os seus herdeiros uma parte das personagens com origem aristocrática. Rasteando os inventários dos ascendentes de Francisco de Paula Cordovil ou de António Moniz Cardoso, encontramos sinais claros de uma intermediação, protagonizada por negociantes, rendeiros gerais, administradores e procuradores, entre aqueles aristocratas e os seus interesses fundiários (património livre e vinculado): a ausência de lavouras, a declaração de rendimento limitada a rendas cobradas e aos ordenados dos officios públicos que exerciam (como «escrivão da mesa grande da Alfândega de Lisboa», «corregedor de Évora» ou «desembargador do Paço»), a deficiência contabilística e as referências contratuais. As contas apresentadas ao juízo dos órfãos, contrastando com os mapas bem organizados e discriminados pelos negociantes, limitavam-se à notação da «lembrança do que tenho recebido e vou recebendo dos rendimentos das fazendas» ou da «lembrança das despesas que vou fazendo dos produtos das rendas». A expectativa do cargo na administração pública pode explicar o empenho posto por estas famílias na educação formal que proporcionaram aos herdeiros. Só que este panorama, donde estava ausente a experiência de direcção, não pode ser generalizado a todas as casas da aristocracia local. Por exemplo, os Cunha Vieira, os Varela Ramalho, os Villas Boas e os Carvalho e Mira tinham uma tradição familiar claramente vinculada à administração directa do património e à experiência de lavoura⁶⁵.

Se a formação empresarial não passava directamente pelas escolas, a educação formal dava acesso à informação escrita. Estudos recentes destacam o interesse crescente pelo tratadismo e periodismo a partir de finais do século XVIII⁶⁶. A leitura constituiu outro importante instrumento da educação informal. O arrolamento dos títulos de algumas das «livrarias» acumuladas pelas casas permite uma aproximação ao tipo de leitura «instrutiva» pela qual o grupo se interessou.

⁶⁴ Cf. ADE, IOCA, maço 77, processo n.º 1413 (itálico nosso).

⁶⁵ Cf. ADE, NJ, IOCE, maços 43, 59, 68, 89 e 99, processos n.º 777, 1057, 1249, 1624 e 1816; Helder Adegar Fonseca (1992, 619-626).

⁶⁶ Cf. Fátima Nunes (1994).

Apesar de o progenitor ter procedido, por volta de 1820, à venda da «livraria que havia no casal», em meados do século XIX (1854) o morgado Francisco de Paula Cordovil deixava aos descendentes uma biblioteca particular com mais de 600 volumes. Do ponto de vista da instrução económica e agronómica, apenas se referenciaram uma *Memória d'Agricultura, 1 volume em portuguez* e a colecção da *Revista Universal Lisbonense*. Nestas temáticas, a livraria era bastante menos rica do que aquela que foi transmitida ao morgado João de Mesquita Pimentel Pavia: mais de 1000 volumes, entre os quais 147 que, em formato de dicionário, tratado, compêndio, guia e *cours complets* (de autores portugueses, franceses e ingleses, nas línguas originais ou em tradução), versavam sobre matemática, economia política, economia rural, agricultura prática, alveitaria e arte veterinária, botânica e jardinagem. Entre eles podem destacar-se: as obras fundamentais publicadas pela Academia Real das Ciências (*Memórias Económicas*; *Collecção d'Instrução sobre a Agricultura e Artes*, etc.) e as de autoria de Acúrcio das Neves; a *Maison Rustique* [...]; o *Dicionário de Agricultura* de Francisco Soares Franco (uma tradução do *Dicionário de Rozier*, com a inclusão de alguns textos sobre a agricultura portuguesa); os *Elementos de Arte Veterinária* de Uzart; o popular *Thesouro dos Lavradores*, de Alexandre Dias Ramos, assim como *O Bom Lavrador* e *A Boa Lavradora*⁶⁷.

Cerca de 1400 volumes, mais de 600 títulos, constituíam a «livraria» inventariada no «escritório» do lavrador José Joaquim de Moura Amaral (1844-1877), filho de um bacharel em Medicina, que tinha interesses empresariais muito diversificados, e neto de grandes proprietários e lavradores locais⁶⁸. Quanto a «livros portugueses», além dos 87 títulos de Camilo Castelo Branco, a confirmar a popularidade deste escritor, podem destacar-se as *Conferências sobre os Vinhos* (de A. A. Aguiar, 1876), os 16 volumes dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras por uma sociedade de portugueses residentes em Paris* (1818), a *Biblioteca da Gente do Campo*, de Bento Álvares Ferreira (1870), os *Estudos de Administração* de Lobo d'Ávila (1874), os trabalhos mais importantes de Ferreira Lapa (*Relatório da Missão Agrícola na Província do Minho em 1870*; *Segunda Memória sobre os processos de Vinificação* (1868); *Technologia Rural* [...] nas edições de 1865 e 1874), Rebelo da Silva e Fradesso da Silveira. Refiram-se ainda os compêndios, manuais e tratados sobre os *Animais Úteis* e *Indústrias Agrícolas*, veterinária, vinicultura, vinificação, destilação de vinhos, jardinagem e arboricultura. Além da variedade de relatórios e estudos de agricultura e economia rural, foram arrolados diversos tratados sobre aritmética, bancos, minas e contabilidade (por exemplo: Almeida Outeiro, *Estudos sobre Escrituração Mercantil por Partilhas Dobradas em Matéria de Mercadorias*, Porto, 1869; Afonso

⁶⁷ Cf. ADE, NJ, IOCE, maços 57 e 68, processos n.ºs 1052 e 119.

Pequito, *Curso de Contabilidade Comercial*, Lisboa, 1875; Edmond Degrange, *Methodo Fácil de Escripturar os Livros*, 1875, com tradução de J. S. Porto). Assinava vários periódicos, como *O Panorama* e o *Jornal de Horticultura Prática*. Mas sobre estes e outros temas «instructivos» dispunha também de uma copiosa colecção de «livros franceses» e «livros hespanhois», desde o clássico *Maison Rustique* e a *Bibliothèque du Cultivateur* (40 vols., 1872) aos almanaques agrícolas e tratados sobre ganadaria, construções rurais e crédito agrícola⁶⁹.

Os exemplos evocados indiciam o papel que a leitura e as bibliotecas privadas poderão ter desempenhado na educação técnica e empresarial destes patrões da economia alentejana. Que estas personagens atribuíam importância a este tipo de bens culturais parece não merecer grandes reservas. E assim se pode interpretar a recomendação que, no breve testamento, o Dr. Joaquim Filipe de Soure, jurista, grande lavrador e financeiro, deputado liberal e par do Reino, deixou ao sobrinho e único herdeiro: «a conservação da minha livraria, enquanto for possível»⁷⁰. A biblioteca «devint à la fois de bien patrimonial qui attestait l'ancienneté de la ligne, l'héritage culturel que permettait de perpétuer les valeurs et le savoir; pour les plus tard venues, la belle bibliothèque fut un émébleme, un signe distinctif qui entraînait l'honneur et la distinction sociale; elle ne fut pas seulement la manifestation visible de la culture, mais aussi du rang»⁷¹.

V. A ACÇÃO PÚBLICA: PODER E NOTABILIDADE

Na condução de vida, o grupo repartia a sua actividade entre os interesses públicos e os negócios privados, usando para o efeito o ter e o saber que o distinguia. Quanto à participação na vida pública, deixarei de lado aspectos como a filantropia, caridade e acção social e ainda certas formas de associativismo para me centrar no exercício de responsabilidades ao nível cívico.

Nesta dimensão, consolidado o triunfo liberal, a vida política eborense passou a ser completamente controlada pela «aristocracia censitária», para adoptar a taxonomia de Chaussinand-Nogaret⁷², uma consequência directa do sistema eleitoral em que repousou o liberalismo português. Efectivamente, a partir de 1842, foram raros os titulares dos principais cargos da administração pública distrital e municipal recrutados ou eleitos fora do grupo. A

⁶⁸ Cf. Helder Adegar Fonseca (1992, 406 e 649-650).

⁶⁹ Cf. ADE, NJ, IOCE, maço 113, processo n.º 2051.

⁷⁰ Cf. AFCE, ALCRTG, processo n.º 689.

⁷¹ Cf. Guy Chaussinand-Nogaret (dir.) (1991, 305).

⁷² Cf. Guy Chaussinand-Nogaret (dir.) (1991, 288).

única excepção foi o lugar de governador civil, cuja lógica de nomeação obedecia a interesses mais alargados, dependentes do governo central. Só no período de 1838-1841 e enquanto vigorou a reforma administrativa de 1840 a base de recrutamento foi mais alargada: uma parte dos elementos que exerceram funções no conselho municipal foram, por força da lei, «menores contribuintes»⁷³.

Uma análise mais detalhada reforça a ideia de coesão do grupo neste plano e o empenho generalizado que colocou na condução dos assuntos locais. Nas décadas de 1850 e 1860, 53% dos maiores contribuintes então arrolados assumiram responsabilidades políticas de âmbito local. Esta participação deve ser interpretada como uma distribuição alargada dos cargos entre os elementos de grupo. Basta ter em conta a intensidade das relações de parentesco dentro do grupo, já acima esclarecidas, e o facto de a legislação em vigor estabelecer incompatibilidades positivas para órgãos locais, como a vereação e o conselho municipal, nomeadamente a presença em simultâneo de pais, filhos, irmãos e «afins no mesmo grau», tios e sobrinhos⁷⁴.

A ligação densa da elite económica ao exercício de cargos administrativos e políticos concelhios e regionais permite identificá-los também como notáveis locais, adequando-se-lhes perfeitamente o perfil traçado como «políticos amadores», detentores de rendimentos pessoais elevados e de tempo de lazer, que, «investidos do direito e do dever de assumir a gestão dos negócios públicos» e a troco de uma remuneração essencialmente honorífica, marcaram a vida social da Europa oitocentista à escala regional⁷⁵.

No entanto, no exercício deste tipo de responsabilidades, a acção da elite eborense não se limitou à esfera municipal e distrital. Não só forneceu candidatos à disputa de lugares de representação nacional, como alguns deles ou os seus descendentes directos sentaram-se nas Câmaras de Deputados e dos Pares do Reino: Joaquim Elyodoro da Cunha Rivara, Marcos de Torres Vaz Freire, os Calça e Pina, Estevão António Tormenta Pinheiro, Joaquim Filipe de Soure, José Braamcamp de Matos, foram alguns deles⁷⁶.

⁷³ Em todo o caso, alguns dos governadores civis acabaram por se integrar, por via do casamento, na elite local: foi o que aconteceu, por exemplo, ao visconde de Guedes [cf. decreto-lei de 29 de Outubro de 1840 (reforma dos «corpos e magistrados administrativos»); Helder Adegar Fonseca (1992, 337, 368-369 e 781, e 1996, 190-191)].

⁷⁴ Cf. Helder Adegar Fonseca (1992, 369, e 1996, 221-222 e 473-474). Sobre as incompatibilidades positivas, v. *Código Administrativo Português de 18 de Março de 1842*, Lisboa, I. N., 1854 (artigos 80, 167, 167, 228 e 351).

⁷⁵ Cf., por exemplo, Alain Guillemin (1982, 33-35); Adeline Daumard (1992, 251-263); F. M. L. Thompson (ed.) (1993, vol. III, 33-40); Max Weber (1971, 298).

⁷⁶ Dados recolhidos no âmbito do projecto *Elites em Contextos Regionais: Família, Património e Redes de Interesse no Alentejo Contemporâneo* (JNICT, em curso).

VI. NEGÓCIOS PRIVADOS E CONDUTA EMPRESARIAL

As referências iniciais às qualidades sócio-profissionais da elite económica eborense permitem desde logo esclarecer um dos tópicos que integram o perfil clássico traçado às «classes dominantes» do Alentejo: o da ociosidade. Contrariamente ao que se admitia, os membros do grupo, na sua larga maioria, tinham uma profissão ligada à agricultura, ao comércio, à indústria ou ao Estado. Os verdadeiros ociosos, ou seja, aqueles que nunca tinham exercido uma actividade profissional, eram notoriamente uma excepção, mesmo entre o universo de extracção aristocrática. Por exemplo, em matéria de gestão e exploração do património fundiário, onde se consolidou a convicção numa conduta tipo marcada pelo rentismo e ausentismo, apenas 14% não exploravam directamente uma parte das suas propriedades agrícolas⁷⁷.

Do mesmo modo, a reconstituição dos patrimónios matiza a imagem de perenidade e universalidade de uma aristocracia e de uma burguesia regionais com interesses exclusivamente territorializados. As evidências mostram, de facto, um mundo empresarial mais complexo. A composição dos activos revela a variedade de negócios e interesses em carteira: colocações no imobiliário (urbano e rural) e agricultura, de facto os mais importantes, mas também na indústria moderna e tradicional, na mineração, no comércio, no crédito pessoal, na banca e no mercado de títulos, nacional e internacional. Esta diversificação de interesses não deixou de merecer reparos. No início do século XX, o meio empresarial eborense era acusado de querer «ser Dombasle e Bakevel, Rud-Saack e Jonas Veb, especialista em culturas e em gados; negociante e silvicultor, cidadão e lavrador, gastando n'essa fabulosa luta, muitos dos seus mais sagrados esforços, quando [...] deveria aproveitar as vantagens da especialização»⁷⁸.

A conduta individual e de grupo que caracteriza as gerações dos empresários eborenses da segunda metade do século XIX distingue-se da dos seus imediatos ascendentes porque entre estes a diversificação dos interesses era menor, em particular nos meios ligados à tradição aristocrática e agrária. Ora, a partir da década de 1840, e independentemente da experiência económica e profissional herdada da família, o modelo de acção empresarial caracterizou-se por um alargamento do leque de aplicação dos recursos, participando assim nas novas oportunidades de negócio (desamortização, minas, cortiça, moagem, banca comercial e industrial, mercado accionista, dívida pública interna, etc.) que então emergiram e que não se cingiram a uma escala estritamente local ou mesmo regional, ao mesmo tempo que as circunstâncias eliminavam áreas tradicionais de investimento (como, por exem-

⁷⁷ Cf. Helder Adegar Fonseca (1996, 368-369).

⁷⁸ Cf. Romão do Patrocínio Ramalho (1908, 22).

plo, o abandono de negócios ligados ao fornecimento do Estado ou aos arrendamentos senhoriais)⁷⁹.

É certo que entre as aplicações que poderiam ser consideradas das mais ousadas, como as que se fizeram no plano industrial (por exemplo minas, moagem moderna), algumas fracassaram e conduziram os seus protagonistas à falência. Tratando-se de gente informada, com contas organizadas, experimentada na diversificação dos investimentos, portanto minimamente capacitada para avaliar êxitos e insucessos, a constatação de uma inegável e generalizada tendência para o reforço dos interesses no sector agrário, tanto no que se refere à carteira fundiária como à exploração agrícola, é compatível com uma explicação baseada na escolha do caminho mais seguro e rentável para concretizar os seus objectivos económicos e não necessita de ser associada à persistência de um modelo de acção inspirado nas práticas económicas da aristocracia tradicional.

A diversificação na aplicação dos recursos foi acompanhada pela adopção de formas de organização empresarial onde a tradição coexistiu com a modernidade: desde a casa e as suas extensões (os estabelecimentos comerciais e agrícolas), que podiam assumir um carácter societário informal (familiar, de «casa comum», sociedade comercial sem escritura notarial) ou formal (sociedades comerciais e agrícolas firmadas), às companhias comerciais (sociedades regulares colectivas, sociedades em comandita ou sociedades por acções), o modelo de empresa que suportou os investimentos mais modernos, nomeadamente nos sectores mineiros, da indústria corticeira e da banca⁸⁰.

Na caracterização das condutas económicas da «burguesia agrária» alentejana, um dos tópicos mais importantes é, sem dúvida, o da gestão fundiária, onde se estabeleceu uma forte conexão entre a acumulação de terras e a persistência de um espírito rentista de tradição aristocrática. Não há dúvida de que, no período em análise e de forma universal, todos os membros da elite económica eborense, aproveitando o incremento da oferta de bens fundiários, investiram fortemente no sector, reforçando ou constituindo grandes patrimónios imobiliários⁸¹.

Na gestão deste activo, o arrendamento foi, de facto, uma das formas de rentabilizar o capital fundiário, tal como o foi a exploração directa. No entanto, na maior parte dos casos em que foi possível reconstituir a formação dos patrimónios ficou claro que a vigorosa acumulação de terra através de novas aquisições no mercado obedeceu mais a um plano de ampliação das

⁷⁹ Cf. Helder Adegar Fonseca (1992, 380-518, e 1996, 225-308).

⁸⁰ Vários exemplos destas formas de organização empresarial podem ver-se em Helder Adegar Fonseca (1996, 225-294 e 383-388).

⁸¹ Sobre as oportunidades no mercado fundiário em Évora no século XIX, v. Helder Adegar Fonseca (1996, 309-335).

lavouras instaladas e consolidação de áreas já anteriormente em exploração directa pelas casas (por exemplo, através do arrendamento) do que a objectivos estritos de alcançar ou acrescentar a renda fundiária. Esta estratégia foi adoptada tanto pelos investidores com ascendência aristocrática como pelos oriundos dos meios agrário e mercantil⁸².

Um tópico final, também relevante: a conduta em termos de exploração agrária. A característica fundamental que tem sido assinalada é a da rotina, nos planos cultural e técnico. Ora a investigação levada a cabo sobre a orientação produtiva, o sistema de cultura, o aparato técnico e a condução dos gados nas grandes explorações agrícolas eborenses da segunda metade do século XIX, mais uma vez, obriga a uma revisão do quadro clássico. De facto, na segunda metade do século XIX a elite económica eborense, no que toca à gestão agrária, não se limitou a preservar ou instalar grandes explorações agrícolas baseadas em práticas tradicionais. O seu desempenho nesta matéria foi mais progressivo do que se pensava: dotou as propriedades de novas instalações, promoveu a exploração mista e o arroteamento, sujeitou as culturas arvenses a um método, investiu na «criação e educação» dos montados de sobro e azinho, expandiu a plantação de arvoredos e da vinha, cuja cultura foi «altamente lucrativa», incorporou cada vez mais *inputs* externos na exploração, inovando lenta mas continuamente o aparato técnico (por exemplo, na tecnologia de mobilização dos solos), e melhorou a qualidade da massa pecuária que criava⁸³.

Qual o resultado global desta conduta empresarial? O enriquecimento e o endividamento. Durante o século XIX a fortuna média destas casas triplicou, um incremento significativo, tendo em conta a evolução bem mais modesta de algumas variáveis macroeconómicas nacionais⁸⁴. Foi, portanto, um período de prosperidade para estas casas, embora desigual, como os coeficientes de variação face à fortuna média sugerem, e sem evitar casos de fracasso. E foi também um período de crescente recurso ao crédito oferecido, primeiro, pelo mercado institucional tradicional (Casa Pia, Misericórdia, etc.) e particular e, depois, pelas novas instituições bancárias, algumas das quais foram por si criadas (Banco Eborense e Banco do Alentejo). A taxa média de endividamento destas casas era de 8,7% (1840-1870), quando a da geração que a precedeu foi de 2,3% (1800-1840); e aquela tendência acentuou-se para o final do século (12,2%, 1871-1900). A «fome de dinheiro» que se

⁸² V. o exemplo dos aristocratas José Paulo Barahona Carvalho de Mira e Carlos Miguel da Cunha Vieira, do negociante Francisco Lopes ou dos lavradores José Maria Ramalho Dinis Perdigão e José Rosado de Carvalho [cf. Helder Adegar Fonseca (1996, 309-334-373)].

⁸³ Cf. Miguel E. O. Fernandes (1889, 4). Sobre estes tópicos, v. Helder Adegar Fonseca (1992, 652-725, e 1996, 388-426).

⁸⁴ Cf. J. David Justino (1986, 737 e 781); Helder Adegar Fonseca (1992, 386).

viveu a partir de meados do século XIX está directamente associada ao esforço de investimento realizado⁸⁵.

Tratou-se do sucesso de uma estratégia de aplicações tradicional? Não me parece. A tese da persistência de práticas do passado é contraditada pela forma como a elite económica eborense realizou algumas aplicações modernas, mormente na exploração dos recursos agrários e naturais (cortiça, moagem, minas, etc.), e procurou mobilizar a poupança para o investimento local (criação dos bancos regionais), negócios em que nem sempre teve o resultado esperado.

A propósito da persistência no Alentejo de certos métodos agrícolas considerados tradicionais, um publicista eborense, defensor da modernização agrícola do Alentejo, escreveu em 1862: «Nós diremos: é a rotina; e ele (o lavrador) replicará: é o bom senso⁸⁶.» Esta observação constitui talvez uma síntese feliz da conduta da elite económica eborense ao longo da segunda metade do século XIX e elimina a presença de uma racionalidade formal, exclusivamente baseada no cálculo egoísta, em favor de uma «racionalidade substantiva, social y limitada»⁸⁷, na qual também cabe a expectativa real da continuidade familiar.

CONCLUSÃO

Nas décadas que se seguiram ao triunfo liberal constituiu-se em Évora uma elite económica em cuja composição participaram personagens e famílias cujas experiências no plano pessoal, familiar, social e empresarial eram diferentes. Neste sentido, era uma elite plural: na sua origem esteve tanto uma boa parte da aristocracia e dos grandes proprietários e lavradores cujas famílias tinham já um forte enraizamento local como gente originária dos meios de negócio, sendo que uma fatia era exógena à região e tinha uma presença bastante recente na cidade (primeira ou segunda geração).

Este grupo não se distinguiu apenas pelos elevados níveis de riqueza acumulada, pelo protagonismo económico que teve e pelo controle que exerceu sobre a terra. Apesar das diferenças na origem e nas tradições culturais familiares, no plano sociológico tornou-se, indiscutivelmente, um grupo solidário e coeso, pela similitude do estilo de vida que tendeu a adoptar, pelos espaços de sociabilidade privada que instituiu e partilhou e pela teia de

⁸⁵ A fortuna média destas casas evoluiu de 23,8 contos de réis (1800-1840) para 44,1 contos de réis (1841-1870) e 69,1 contos de réis (1871-1900), sendo os respectivos coeficientes de variação 84,6%, 120% e 102,6%. Entende-se por taxa de endividamento a percentagem do passivo sobre o activo [cf. Helder Adegar Fonseca (1996, 231, 247-248, 284 e 431)].

⁸⁶ Cf. «Protecção e agricultura», in *Pharol do Alentejo*, 1862, n.º 2.

⁸⁷ Anaclet Pons e Justo Serna (1994, 255 e 369).

parentescos em que se consolidou. No plano político, desfrutou da notabilidade inerente à acção directa que desenvolveu na vida política local, que liderou, e foi ainda uma fonte de recrutamento da elite política nacional. Construiu uma identidade que permitiu reconhecer-se a si próprio e ser reconhecido pelos outros como «a elite eborense».

Na óptica do recrutamento social de grupo, destacaria três aspectos. O primeiro é a presença expressiva de uma componente com uma origem claramente aristocrática, ou seja, descendente das elites locais do antigo regime: o património que herdaram, basicamente constituído por bens imobiliários, predominantemente fundiários, manteve-os no topo da «sociedade censitária» que o liberalismo construiu. O mesmo pode dizer-se das grandes casas com tradição agrária.

O segundo aspecto tem a ver com o padrão de recrutamento geográfico e as trajetórias protagonizadas pelos «homens de negócio». Pelo menos cerca de 60% não tinham uma tradição familiar local. As suas raízes estavam nas Beiras, no Porto e no Minho. Isto significa que, pelo menos desde o final do antigo regime, o fluxo de «gente do Norte» para a principal região latifundiária do país não ocorreu apenas ao nível dos trabalhadores rurais⁸⁸, estendendo-se a outros universos sociais. No caso de alguns negociantes eborenses, a fixação no principal centro mercantil do Alentejo passou pela praça de Lisboa e parece apoiada numa rede de parentescos e afinidades, características similares às detectadas no corpo de negociantes de outras cidades do Sul do país⁸⁹.

Instaladas em Évora, como comerciantes, lojistas e «homens de negócio» na primeira metade do século XIX, e associando na sua actividade o comércio (de mercadorias e de terra), a indústria e a agricultura, estas personagens foram enriquecendo e, com o liberalismo, elas ou os seus imediatos sucessores acabaram por integrar a *aristocracia censitária* local. Alguns deles, apenas numa ou duas gerações, procederam a uma transferência dos seus interesses principais para o mundo agrário (terra e agricultura). Apesar do desconhecimento que temos das suas raízes sociais nortenhas, este percurso parece decorrer de uma estratégia de mobilidade ascendente baseada na territorialização, no enraizamento fundiário e na integração social através do casamento, um «factor decisivo de sucesso»⁹⁰. Note-se que entre 1788 e 1830 nenhum negociante ocupou cargos tão prestigiantes como o de procurador na Câmara de Évora, lugar que foi reservado a meia dúzia de famílias de «poderosos» proprietários, lavradores e magistrados locais, apesar de já existirem na cidade «homens de negócio» possuidores de grandes fortunas⁹¹.

⁸⁸ Albert Silbert (1978, 831-833).

⁸⁹ Cf. Jorge Miguel Pedreira (1992, 425).

⁹⁰ Adeline Daumard (1992, 149).

⁹¹ João dos Reis Guimarães e o seu genro e único sucessor, ambos originários do Norte, são um exemplo. Quando este último morreu, em 1841, com 60 anos, deixou uma fortuna avaliada em

Estes percursos lançam alguma luz sobre dois aspectos relevantes. O primeiro tem a ver com a tese clássica da recomposição das classes dominantes no Alentejo com o impacto do liberalismo: a substituição dos «velhos senhores» (a aristocracia tradicional) pelos «novos senhores», arrivistas recrutados num mundo de administradores e feitores senhoriais que, aproveitando a oportunidade da desamortização, ascenderam ao topo da «burguesia agrária» regional⁹². O exemplo de Évora não confirma nem o dramatismo do primeiro destino histórico nem a simplicidade triunfante da segunda trajetória. A recomposição das elites fez-se com base num recrutamento plural, que o censo favoreceu, que ficou longe de excluir as famílias da velha aristocracia local e se estendeu ao mundo agrário e dos negócios. Nas trajetórias reconstituídas os exemplos de mobilidade social ascendente íngreme e fulgurante, apoiados exclusivamente no mérito pessoal, são absolutamente marginais. O segundo tópico relaciona-se com o que pode designar-se como o novo tecido social do mundo empresarial alentejano que se constituiu a partir de meados do século XIX, resultante da crescente amálgama social dos protagonistas da «terra», da «lavoura» e do «negócio», através da partilha de laços de família, experiências e interesses económicos. Este será, sem dúvida, um dado estruturante da sua acção social e empresarial ao longo da segunda metade do século XIX.

Neste período, a abertura económica da região histórica do Alentejo traduziu-se no afluxo de capitais nacionais, em particular de investidores lisboetas e estrangeiros, nomeadamente ingleses e espanhóis (catalães), atraídos pelas oportunidades de negócio e investimento, que nesta região foram mais amplas do que tem sido admitido. O capitalismo lisboeta, através de iniciativas individuais e societárias, comprou bens fundiários e investiu na agricultura, na indústria (por exemplo, minas e moagem) e no comércio de géneros e dinheiro. O capitalismo estrangeiro, representado por firmas inglesas ou, pelo menos, por interesses relacionados com esse mercado, protagonizou o arranque de algumas actividades em moldes modernos: indústria corticeira e minas⁹³.

Contrariando o paradigma da crónica falta de iniciativa e dinamismo, a elite económica alentejana, em fase de renovação sociológica, não se colocou à margem deste processo. Ela foi capaz de mobilizar os recursos domésticos, promover a constituição de sociedades com capitais familiares e exclusivamente regionais e participar na constituição de outras ao lado de investidores

mais de 116 contos de réis, na maior parte representada por bens imóveis (77%) e agrícolas (12%), mas o inventário revela um passado de negociante que incluía um estabelecimento em Évora e uma sociedade comercial com o irmão Joaquim Manuel, estabelecido em Lisboa, e uma rede de comércio de géneros agrícolas que se estendia a todo o sul do país [cf. Helder Adegar Fonseca (1992, 395); ADE, NCME, livro 168 (pauta de vereadores, 1740-1830)].

⁹² Cf. Orlando Ribeiro (1970, 146-147).

⁹³ Cf. Helder Adegar Fonseca (1996).

nacionais. Tornou-se, deste modo, uma parte activa na concorrência, na disputa e partilha das mesmas oportunidades e negócios.

A variedade dos interesses económicos concretizados pelo grupo da elite económica eborense do 3.º quartel do século XIX testemunha o empenho acima referido e denuncia uma estratégia de acção marcada por um investimento dirigido para a diversificação das fontes de rendimento. Lavradores, negociantes e aristocratas, ao mesmo tempo que reforçavam solidariedades e caminhavam para um estilo de vida similar, estiveram entre os principais compradores de bens desamortizados no distrito; ligaram-se a interesses comerciais variados no modo como se organizavam e nos produtos que vendiam; envolveram-se em actividades agrícolas e industriais (moagem, cortiça, minas, etc.), com fundos familiares e sociais (sociedades comerciais e por acções); emprestaram dinheiro e negociaram letras; criaram dois bancos regionais, um deles com base exclusivamente em capitais distritais. Alguns investiram fora da região, em títulos e acções nacionais e estrangeiras e em sociedades industriais. A indiscutível autonomia e modernidade de algumas destas aplicações mostram também iniciativa e protagonismo económico.

O que fica dito não é contraditório com o empenho crescente que a elite eborense pôs no investimento fundiário, uma opção que só uma análise superficial pode associar à persistência de um influxo aristocrático, uma «tara» frequentemente atribuída à burguesia nacional⁹⁴. A compra, benfeitorização e exploração da terra foram o destino de muitos capitais nacionais e do mesmo modo procederam os empresários estrangeiros que se radicaram com projectos industriais no país: os Robinson, em Portalegre, os Reynolds, em Estremoz, os Camps, na Azaruja, e os Pidwell, em Sines, para referir apenas alguns casos, cedo alargaram os seus interesses e à função industrial acrescentaram a de grandes proprietários, agricultores e produtores de matéria-prima⁹⁵.

Este comportamento, comum a indivíduos com origens geográficas e sociais, tradições económicas e culturais e experiências de vida activa tão distintas como o eram tanto os membros que compuseram a elite económica eborense liberal como os investidores exteriores à região, significa, acima de tudo, que capitalizar na terra e fazer agricultura no Alentejo de Oitocentos foram aplicações mais seguras e mais remuneradoras do que as que se fizeram noutras actividades.

Com o que fica dito, a ideia de que o desenvolvimento do Alentejo foi historicamente ameaçado pela conduta das suas elites, eternamente pouco afoitas ou incapazes de tentarem mudar o rumo dos acontecimentos, parece enfraquecida pelo menos para o período da formação do Portugal contemporâneo.

⁹⁴ Sobre a questão da «feudalização» da burguesia europeia no século XIX, cf., por exemplo, Adeline Daumard (1992); G. Chaussinand-Nogaret (1991, 288 e segs.)

⁹⁵ Cf., por exemplo, Helder Adegar Fonseca (1992, 76-82 e 406 e segs.); Isabel Gomes *et al.* (1995).

BIBLIOGRAFIA

- ALAIN-BOURDON, Albert (1985), «L'Alentejo, espace mithique ou nouvelle frontière?», in *Les campagnes portugaises de 1870 à 1930. Image et réalité. Actes du Colloque [...]* Paris, F. C. G., 365-378.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de (1991), *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel.
- ARIÈS, Philippe, e G. Duby (dir.) (1987), *Histoire de la vie Privée. De la révolution à la grande guerre*, Paris.
- BANTI, Alberto Mario (1988), *La Formazione di una borghesia agraria (Piacenza, 1805-1914)*, Firenze, I. E. Firenze (tese de doutoramento, polic.).
- BARROS, Afonso de (coord.) (1980), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica. Seminário*, Oeiras, F. C. G.-I. G. C.-C. E. E. A.
- BERNARDO, Maria Ana Rodrigues (1992), *Sociabilidade e Práticas de Distinção em Évora na Segunda Metade do Século XIX. O Círculo Eborense*, Évora, Universidade de Évora (polic.).
- CAROLINO, Luís Miguel (1994), *A Cidade dos Mortos, Um Espelho da Cidade dos Vivos. Estratégias de Afirmação Social no Cemitério de Nossa Senhora dos Remédios de Évora (1840-1910)*, Évora, Universidade de Évora (trabalho polic. do Seminário de História).
- BLACKBOURN, David, e Richard J. Evans (eds.) (1991), *The German Bourgeoisie*, Londres, Routledge.
- CARVALHO, Rómulo de (1986), *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, FCG.
- CASCÃO, Rui de Ascensão Ferreira (1989), *Permanência e Mudança em Duas Comunidades do Litoral. Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910*, 2 vols., Universidade de Coimbra (tese de doutoramento, polic.).
- CASSIS, Youssef (ed.) (1994), *Business Elites*, Aldershot, Edward Elgar Publishing, Ltd.
- CHARLE, Christophe (1978), «Les milieux d'affaires dans la structure de la classe dominante vers 1900», in *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n.ºs 20-21, 83-96.
- CHAUSSINAND-NOGARET, Guy, J. M. Constant, C. Durandin e A. Jouanna (1991), *Histoire des élites en France du XV^{ème} au XX^{ème} siècle*, Paris, Pluriel.
- COSTA, Fernando Marques da, F. C. Domingues e N. G. Monteiro (org.) (1989), *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*, Lisboa, Vega.
- MUNDIAL CONFIANÇA (ed.) (1989), *Mundial Confiança, 1913-1988*, Lisboa, Mundial Confiança.
- CUTILEIRO, José (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, Lisboa, Sá da Costa.
- DAUMARD, Adeline (1966), «La fortune mobilière en France selon des milieux sociaux (XIX^e-XX^e siècle)», in *Revue d'histoire économique et sociale*, n.º 3.
- DAUMARD, Adeline (1970), *Les Bourgeois de Paris au XIX^e siècle*, Paris, Flammarion.
- DAUMARD, Adeline (dir.) (1973), *Les Fortunes françaises au XIX^e siècle. Enquêtes sur la répartition et la composition des capitaux privés à Paris, Lyon, Lille, Bordeaux et Toulouse d'après l'enregistrement des déclarations de succession*, Paris, Mouton.
- DAUMARD, Adeline (1992), *Os Burgueses e a Burguesia na França*, S. Paulo, Livraria Martins Afonso.
- DIAS, Maria de Fátima Sequeira (1993), *Uma Estratégia de Sucesso Numa Economia Periférica: a Casa Bensaúde e os Açores, 1800-1873*, 2 vols., Ponta Delgada, Universidade dos Açores (tese de doutoramento, polic.).
- ESPANCA, Túlio (1946), «Palácios reais de Évora. 1.ª parte. Instituição das pousadas e Fundação dos Estaus», in *A Cidade de Évora. Boletim Municipal da Comissão de Turismo*, Évora, n.º 11, 21-77.
- ESPANCA, Túlio (1949), «Miscelânea histórico-artística», in *A Cidade de Évora. Boletim Municipal da Comissão de Turismo*, Évora, n.ºs 19-20.
- ESPANCA, Túlio (1966), *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*, vol. 1, Lisboa, A. C. B. A.

- ESPANCA, Túlio (1972), «Casas antigas de Évora», in *A Cidade de Évora. Boletim Municipal da Comissão de Turismo*, Évora, n.º 55, 105-110.
- ESPANCA, Túlio (1983), «Subsídios para a história contemporânea da cidade. O Teatro Garcia de Resende», in *A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, Évora, n.ºs 65-66, 211-246.
- FEIJÓ, Rui Graça Castro (1992), *Liberalismo e Transformação Social. A Região de Viana do Antigo Regime a Finais da Regeneração*, Lisboa, Fragmentos.
- FERNANDES, Miguel E. O. (1889), *A Cultura do Trigo pelos Aduos Químicos no Baixo Alentejo*, Lisboa.
- FIGUEIREDO, Manuel Adelino de (1861), *Estudos de Agricultura*, Coimbra, Imprensa Literária.
- FLORENCIO PUNTAS, Antonio (1994), *Empresariado Agrícola y Cambio Económico, 1880-1936 (Organización y Estrategia de la Patronal Sevillana en los Inicios de la Modernización)*, Sevilla, Deputation Provincial de Sevilla.
- FONSECA, Helder Adegar (1984), *Um Empresário e Uma Empresa Agrícola na 1.ª Metade do Século XIX: José Joaquim Teixeira e a Quinta do César no Carregado*, 2 vols., Évora, Universidade de Évora (polic.).
- FONSECA, Helder Adegar (1987), «Para o estudo dos investidores alentejanos: os lavradores da comarca de Évora no final do antigo regime. Alguns aspectos», in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXII, Coimbra, 47-114.
- FONSECA, Helder Adegar, e Jaime Reis (1987), «José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da Regeneração», in *Análise Social*, Lisboa, ICS, n.º 99, 865-904.
- FONSECA, Helder Adegar (1988), «Sociedade e elites alentejanas no século XIX», in *Economia e Sociologia*, Évora, n.ºs 45-46, 64-67.
- FONSECA, Helder Adegar (1989), «A propriedade da terra em Portugal 1750-1850: alguns aspectos para uma síntese», in Fernando Marques da Costa et al. (org.) (1984), 213-240.
- FONSECA, Helder Adegar (1992), *Economia e Atitudes Económicas no Alentejo Oitocentista*, 2 vols., Universidade de Évora (tese de doutoramento, polic.).
- FONSECA, Helder Adegar (1996), *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- GAMEIRO, Fernando Luís (1995), *Ensino e Educação no Alentejo Oitocentista*, Lisboa, FCSH-UNL (tese de mestrado, polic.).
- GOMES, Isabel José Painho, e Manuel Dias (1995), *A Casa Reynolds (1854-1890)*, Évora, Universidade de Évora (trabalho polic., Seminário de História).
- GRIGG, David (1982), *The Dynamics of Agricultural Change. The Historical Experience*, Londres, Hutchinson.
- GUILLEMIN, Alain (1982), «Aristocrates, propriétaires et diplomés. La lutte pour le pouvoir local dans le departement de la Manche: 1830-1875», in *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 42, 33-60.
- HERAN, François (1980), *Tierra y Parentesco en el Campo Sevillano: la Revolution Agrícola del Siglo XIX*, Madrid, Ministerio de Agricultura-SGT.
- HOWORTH, Jolyon, e Philip G. Cerny (eds.) (1981), *Elites in France: Origins, Reproduction and Power*, Londres, F. P. P.
- JEREMY, David J. (1994), «Anatomy of the British business elite, 1860-1980», in Youssef Cassis (ed.) (1994), 309-329.
- JUSTINO, José David (1986a), *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, UNL (tese de doutoramento, polic.).
- JUSTINO, José David (1986b), *Conjuntura Económica e Relações Sociais Numa Aldeia do Alentejo: Monte Trigo (1690-1854)*, Lisboa, UNL (polic.).
- JUSTINO, José David (1987), «A evolução do produto nacional bruto em Portugal, 1850-1910: algumas estimativas provisórias», in *Análise Social*, Lisboa, ICS, n.º 97, 451-462.
- MARQUES, F. Rodrigues (1959), «O ensino agrícola elementar», in *Lavoura Portuguesa*, Lisboa, n.º 74, pp. 3-5.

- MARTINS, Conceição Andrade (1992), «Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso S. Romão/José Maria dos Santos», in *Análise Social*, Lisboa, ICS, n.ºs 116-117, 367-404.
- MATA, Maria da Conceição de Carvalho Reis Mata (1993), «O associativismo recreativo e cultural oitocentista. Análise do «Círculo Montemorense» (1891)», in *Almansi — Revista de Cultura, Montemor-o-Novo*, ed. Câmara Municipal, n.º 11, pp. 231-311.
- MATOS, Ana Maria Cardoso de, C. A. Martins e L. Bettencourt (1982), *Senhores da Terra. Diário de Um Agricultor Alentejano (1832-1889)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MENDES, José Maria Amado (1992a), «O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos», in *Análise Social*, Lisboa, ICS, n.ºs 116-117, pp. 357-368.
- MENDES, José Maria Amado (1992b), *Um Século na Indústria Vidreira*, Lisboa, Santos Barosa.
- MÓNICA, Maria Filomena (1987), «Capitalistas e industriais (1870-1914)», in *Análise Social*, Lisboa, ICS, n.º 99, pp. 819-864.
- MÓNICA, Maria Filomena (1992), «Nota introdutória», in *Colóquio/Educação e Sociedade*, Lisboa, F. C. G., pp. 1-11.
- NUNES, Ana Bela, Carlos Bastian e Nuno Valério (1994), *Caixa Económica Montepio Geral. 150 Anos de História 1844-1994*, Lisboa.
- NUNES, Maria de Fátima (1995), *Leitura e Agricultura. A Imprensa Periódica Científica em Portugal (1772-1852)*, 2 vols., Évora, Universidade de Évora (tese de doutoramento, polic.)
- PEDREIRA, Jorge Miguel (1984), «O «génio empreendedor»: espírito de empresa e dificuldades económicas no itinerário de um fabricante português. Custódio Braga (1793-1832)», in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, Lisboa, Quetzal, pp. 65-83.
- PEDREIRA, Jorge Miguel (1991), «Negócio e indústria: a estampania da Região de Lisboa (1780-1800)», in *Análise Social*, Lisboa, ICS, n.ºs 3-4, pp. 573-559.
- PEDREIRA, Jorge Miguel (1992), «Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais», in *Análise Social*, Lisboa, n.ºs 116-117, pp. 407-440.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1983), *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*, 2.ª ed., Lisboa, Sá da Costa.
- PILBEAM, Pamela M. (1990), *The Middle Classes in Europe 1789-1914. France, Germany, Italy and Russia*, Hampshire-London, Macmillan Education, Ltd.
- PONS, Anacleto, e Justo Serna (1992), *La Ciudad Extensa. La Burguesia Comercial-Financiera en la Valencia de Medios del XIX*, Valencia, Diputació de València.
- RAMALHO, Romão do Patrocínio (1908), *Relatório da Exposição Pecuário-Agrícola Realizada em Évora em Maio de 1903*, Évora.
- REIS, Jaime (1982), «Latifúndio e progresso técnico no Alentejo. A difusão da debulha mecânica no Alentejo, 1860-1930», in *Análise Social*, Lisboa, ICS, n.º 71, 371-431.
- REIS, Jaime (1984), «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», in *Análise Social*, Lisboa, n.º 80, 7-28.
- ROCHA, Maria Manuela Ferreira Marques (1994), *Propriedade e Níveis de Riqueza. Formas de Estruturação Social em Monsaraz na 1.ª Metade do Século XIX*, Lisboa, Cosmos.
- ROSENBLUM, Naomi (1984), *A World History of Photography*, edição revista, Nova Iorque, Abbeville Press.
- RUBINSTEIN, W. D. (1977), «Wealth, elites and the class structure of modern Britain», in *Past and Present*, n.º 76, 99-126.
- RUBINSTEIN, W. D. (1981), *Men of Property. The very wealthy in Britain since the industrial revolution*, Londres, Croom Helm, Ltd.
- SCHNEIDER, Peter (1972), «Modernization and development: the role of the regional elites and noncorporate groups in the European mediterranean», in *Comparative Studies in Societies and History*, vol. 14, n.º 3, pp. 328-349.
- SENA, António (1991), *Uma História da Fotografia. Portugal 1839 a 1991*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- SILBERT, Albert (1968), *Le problème agraire portugais au temps des premières cortès libérales (1821-1823)*, Paris, PUF.
- SILBERT, Albert (1978), *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'ancien regime: xviii^e-début xix^e siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*, 3 vols., Lisboa, INIC.
- STONE, Lawrence, e J. C. F. Stone (1972), «Country houses and their owners in Hertfordshire, 1540-1879», in William O. Aydelotte (eds.) (1972), 52-123.
- STONE, Lawrence (1981), *The Past and the Present*, Boston-Londres e Henley, R. & K. Paul.
- STONE, Lawrence, e J. C. F. Stone (1984), *An Open Elite? England 1540-1880*, Oxford, Clarendon Press.
- WOOLF, Stuart (dir.) (1993), *Espaces et familles dans l'Europe du Sul à l'âge moderne*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- VENTURA, António (1982), «A fundação da Associação Comercial e Industrial de Portalegre», in *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, n.º 5, 36-38.
- VENTURA, António (1985), «As greves de Portalegre (1865-1915)», in *Actas do Congresso sobre o Alentejo*, vol. 1, Évora, A. M. D. B., 214-227.
- WEBER, Max (1971), *Économie et société*, Paris, Plon.